

Fila da ortopedia chega a 290 pacientes

MACAS LOTAVAM CORREDORES E, NESTE SÁBADO, EXISTIAM 30 PACIENTES À ESPERA DE CIRURGIA NO WALFREDO GURGEL

ISAAC LIRA
Reportagem

Com cerca de 700 cirurgias realizadas todos os meses, o setor de ortopedia da rede pública e conveniada de saúde é uma das que mais sofrem com a crise na saúde. Como boa parte dessa demanda deságua no Walfredo Gurgel, o hospital se torna um termômetro da situação geral. Nesse caso, a temperatura está mesmo muito alta. Nos corredores macas se amontoam com cerca de 30 pacientes à espera de cirurgia. Contudo, em comparação com a lista total, esses 30 pacientes são apenas a ponta do iceberg. A lista de espera já conta com 290 pessoas.

Até a semana passada as informações que circulavam davam um total de 240 a 260 pacientes sem cirurgias na lista de espera do Walfredo Gurgel. De acordo com o que o médico Rogério Nobre apurou no controle de dados do hospital e repassou para O Jornal de Hoje, o número de doentes esperando por cirurgia já é de 290 pessoas. Cerca de 30 estão no hospital, principalmente porque seus casos são mais graves e eles não podem se locomover. O resto está em casa. Mesmo que este seja o dado mais

atualizado disponível no sistema do Walfredo, esse número não reflete o momento do hospital: chegam doentes a toda hora e é impossível obter o número definitivo.

"A atual rede não tem como atender. O Deoclécio Marques, em Panamirim, recebeu 25 pacientes, mas a demanda é muito maior. Chega paciente a todo momento e o número final é flutuante", diz Rogério Nobre, um dos especialistas do setor. A lista de 290 pacientes diz respeito apenas aos casos mais graves que precisam de cirurgia tanto nos membros superiores quanto nos inferiores. Quem não tem fratura nas pernas, acaba voltando para esperar em casa.

Rogério Nobre duvida da capacidade de Deoclécio Marques absorver minimamente a demanda. Segundo o médico não há aparelhagem suficiente nem estrutura para receber os pacientes com maior gravidade. "Artroplastia no quadril, que trata fraturas no colo do fêmur, por exemplo, eles não fazem", diz. E complementa: "Outras cirurgias precisam de vaga disponível na UTI para acontecer, por conta de sua gravidade. Isso eles não vão poder prover".



A lista dos 290 pacientes refere-se apenas aos casos mais graves, que precisam de cirurgias nos membros superiores e inferiores. Os demais esperam em casa

> PREMATURAS

"Parceria, por enquanto, é apenas uma promessa", diz Paulo Xavier

A parceria entre Governo do Estado, Prefeitura e Hospital Varela Santiago até agora é apenas "promessa". Uma promessa que também é um compromisso público da prefeita Micarla de Sousa e dos outros envolvidos. Enquanto a promessa não é posta em prática, as cirurgias, que deveriam ter acontecido ontem, estão esperando, de acordo com o diretor do Varela Santiago, Paulo Xavier, a chegada dos anestesistas do Governo do Estado. Yasmine e Mariana, as duas meninas prematuras, continuam no Walfredo Gurgel à espera de uma solução.

Paulo Xavier aparenta estar cansado e irritado. Depois de quase um mês sem conseguir rea-

lizar cirurgias no hospital infantil, que dirige, Paulo se coloca nesses termos em relação à parceria iniciada ontem: "Por enquanto é só promessa. Todos se comprometeram em realizar os procedimentos, mas eu só acredito quando estiver no papel. Ninguém assinou nada e não acredito na palavra de ninguém, a não ser na minha própria". Outras fontes confirmaram que o adiamento da cirurgia se deve ao fato de que os anestesistas, prometidos pela Secretaria Estadual, ainda não chegaram. Mesmo assim, a expectativa geral, inclusive de Paulo Xavier, é de que a partir de segunda tudo esteja resolvido.

A noite de ontem foi de esperança e sufoco na ala do leito 355

do Hospital Walfredo Gurgel, onde as recém-nascidas prematuras e suas mães esperam por solução. Esperança pela boa notícia de que finalmente a situação poderá ser resolvida. Sufoco porque a filha de Maria Sandra Vieira, Yasmine, teve problemas respiratórios, chegando a ficar roxa. Maria Sandra teve que fazer respiração boca a boca na filha até que as enfermeiras chegassem com o respirador infantil. A grande preocupação de Maria Sandra e Alvanete, as mães das meninas, é o perigo de infecção no Walfredo.

O chefe da neurocirurgia do Walfredo Gurgel, Luciano Araújo, contou a O Jornal de Hoje que deu orientações expressas para que

as crianças prematuras fossem isoladas do resto dos pacientes. Na mesma sala, com 10 leitos, existem pacientes com pneumonia, problemas ortopédicos e outros males. Luciano Araújo, que defende desde o início a transferência das crianças, diz que o perigo de infecção é grande. "Podem acontecer infecções por pneumonia ou lesões cutâneas. As meninas, pela idade e pelo problema, têm baixa imunidade", diz Luciano. O Walfredo Gurgel não isolou ninguém. A reportagem de O Jornal de Hoje visitou o hospital na manhã deste sábado e comprovou. Tanto as crianças como as mães continuavam no mesmo estado. À espera.



Segundo especialistas, as crianças correm risco de contrair uma infecção

Micarla descarta arrendar hospital, como propôs MP

“SE EM MAIS DE 400 ANOS A CIDADE NUNCA TEVE UM HOSPITAL, COMO POSSO RESOLVER ISSO EM SEIS MESES?” - FOI A REAÇÃO DA PREFEITA A UMA DAS PROPOSTAS DO MP PARA RESOLVER CRISE NA SAÚDE

GERAL, 5

CRISE-SAÚDE APESAR DA PROPOSTA DO MP, PÉREFEITA DESCARTA ARRENDAR HOSPITAL PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS

Micarla é contrária a arrendamento

JUSSARA CORREIA
DA EQUIPE DO DIÁRIO DE NATAL

Em conformidade com a proposta do Ministério Público, a prefeita de Natal, Micarla de Sousa determinou que os contratos com as cooperativas médicas fossem renovados temporariamente. No entanto, a prefeita se posicionou contrária à outra condição contida no Termo de Ajustamento de Conduta apresentado pelo MP, relacionado ao arrendamento de um hospital, dentro do prazo de seis meses, para realização de cirurgias eletivas. Com relação ao arrendamento do hospital, a prefeita declarou: "Em mais de 400 anos de existência, a cidade nunca teve um hospital. Como é que em seis meses eu vou resolver isso?" questionou.

Com relação aos contratos com as cooperativas, Micarla declarou que já tinha sugerido isso ao Ministério Público em outro momento, mas segundo ela, naquele momento a promotora não entendeu a necessidade dessa renovação. "Nossa proposta não foi aceita na época. Mas ontem (quarta-feira), recebemos uma minuta com um Termo de Ajustamento de Conduta onde o MP propõe a renovação temporariamente. Então ficou acertado que o estado fica responsável por 60% do valor pago e o município por 40%. Com relação aos prazos para a contratação, determinei que seja o mais rá-

pido possível", declarou.

Segundo com o procurador geral do município, Bruno Macedo, esses contratos serão renovados por seis meses, podendo ser prorrogados de acordo com a necessidade. Macedo ainda disse que além da contratação das cooperativas, o Termo de Ajustamento de Conduta também traz mais três pontos: a instalação de um ponto eletrônico nas unidades de Pronto Atendimento, a realização de um concurso público e o arrendamento de um hospital. Esse último ponto é o único que vem sendo contestado pelo município. "Essa questão do hospital tem que ser estudada, até porque a prioridade da prefeita nesse período é com a atenção básica. Para atender a proposta do MP o município será que assumir obrigações que demandam valores expressivos. Claro que o ideal é ter um hospital municipal, mas é preciso cautela para executar isso", disse.

Durante a entrevista coletiva, a prefeita também anunciou que vai adaptar a estrutura já pronta da Maternidade Leide Moraes, na Zona Norte, para ser o Hospital da Mulher. Segundo Micarla, isso será feito dentro de um prazo de 20 dias. "A Maternidade foi inaugurada sem condição de funcionamento. Mas nós também apresentamos a situação ao ministro e ele aprovou a ideia. Vamos ter o primeiro Hospital da Mulher, todo equipado para atender a população feminina de Natal", afirmou.

D'Luca/DN



A prefeita Micarla de Sousa: "Em mais de 400 anos de existência, a cidade nunca teve hospital. Como é que em seis meses eu vou resolver isso?"

[CRISE NA SAÚDE] O acordo firmado entre prefeitura e governo para garantir a realização de cirurgias pediátricas não saiu do papel; até ontem os anestesiológicos não haviam aparecido

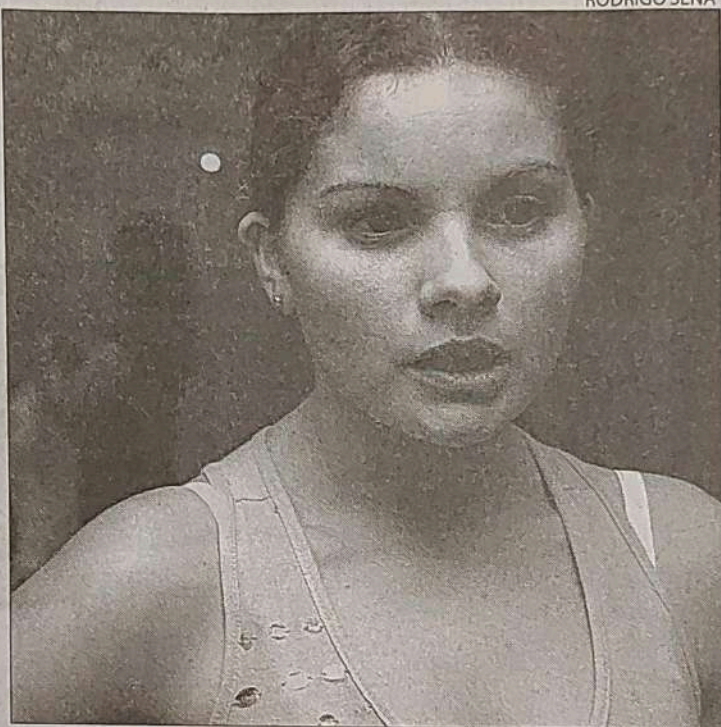
Crianças esperam cirurgias

RODRIGO SENA

O acordo firmado entre o poder público e o Infantil Varela Santiago para atender às crianças que esperam por cirurgia de urgência ainda não foi colocado em prática. A proposta - firmada na última sexta-feira - era de que o Prefeitura assumisse o pagamento da AIHs (Autorização de Internação Hospitalar), com os valores que são cobrados pela Unimed, e que o Governo do Estado encaminhasse três anestesiológicos para realizar as operações com o médicos contratados pelos Varela Santiago. Entretanto, até a noite de ontem, esses profissionais ainda não tinham sido disponibilizados.

Segundo a assessoria da Secretaria Estadual de Saúde, o atraso se deu porque os profissionais encaminhados à princípio eram recém-concursados, não sendo especializados no atendimento de crianças. Só na tarde de ontem, a direção do Varela teria encaminhado uma lista à Sesap sugerindo os nomes de alguns anestesiológicos que já teriam trabalhado nesse tipo de procedimento. "Vamos tentar localizar esses médicos para encaminhar o mais rápido possível", informou a assessoria.

No último sábado, uma criança de sete meses com problema de hidrocefalia foi cirurgiada, graças ao trabalho voluntário do anestesiológico. "Eu não sei nem quem foi o médico, só sei que a cirurgia aconteceu depois de dois meses de sofrimento internada aqui no hospital", contou a mãe Shirley Cavalcante Duarte, 22 anos. Mesmo aliviada, ela afirmou ainda sofrer diante da lenta recuperação da filha, e por di-



Shirley Cavalcante é exceção: sua filha conseguiu ser cirurgiada

veram a mesma "sorte".

Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde, mais de 15 crianças aguardam por cirurgia no Hospital Walfredo Gurgel e Santa Catarina, sendo pelo menos quatro casos mais graves. O Hospital Maria Alice Fernandes e o Varela Santiago informaram que não possuem "lista de espera", já que as cirurgias não estavam marcadas desde o "anúncio" da crise, provocada pelo fim do contrato com as cooperativas, no dia 31 de dezembro.

Lista de espera

A espera por cirurgias não atinge somente o setor de oncologia pediátrica. Só a Unidade de Gerenciamento de Vagas e Leitões (UVG), do Hospital Walfredo Gurgel, registrava 315 pacientes à es-

pera de cirurgia ortopédica, até o final da tarde de ontem. Além desses, outros pacientes aguardam nos hospitais privados contratados pelo SUS, mas que estão sem realizar procedimentos porque os anestesiológicos se negam a atender mediante o contrato temporário.

Na última quinta-feira, o Ministério Público Estadual entrou com pedido de liminar para garantir que os hospitais privados viabilizem - em 72 horas - os procedimentos cirúrgicos aos pacientes do SUS que já se encontram em suas dependências. A medida seria direcionada aos diretores do Hospital Médico Cirúrgico, Itorn e Hospital Memorial, que possuem contratos com o Município de Natal. As partes integrantes do processo têm até hoje para se pronunciarem.

UFRN vai contratar anestesiológicos

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte abriu processo seletivo simplificado para contratação temporária de 25 médicos anestesiológicos para o Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL). As inscrições, iniciadas ontem, se estendem até o dia 20 de fevereiro de 2009. A seleção será feita por análise de currículos. O processo seletivo vai suprir a demanda de profissionais que antes era contratada por meio da Cooperativa de Médicos Anestesiológicos do RN (Coopanest). Os novos contratos terão duração de um ano, com salário de 1.747,83, correspondentes a 20 horas semanais.

Para garantir a continuidade dos serviços no HUOL até a chegada dos novos profissionais, a UFRN assinou um novo contrato temporário com a Coopanst para os meses de fevereiro e março. A cooperativa, entretanto, continua prestando serviço para a maternidade Januário Cicco - que tem contrato até o mês de outubro. "Daqui pra lá, deve ser tomada uma solução definitiva, como a realização de um concurso para contratação efetiva", assegurou a diretora de administração de pessoal da UFRN, Miriam Dantas.

O edital deve ser publicado até quarta no Diário Oficial. Segundo, Ana Miriam, a UFRN está aguardando autorização do Ministério da Educação - já que o contrato será feito direto com a UFRN. "A justiça autorizou a contratação direta, mas preferimos fazer a seleção, por uma medida de segurança", explicou Miriam.

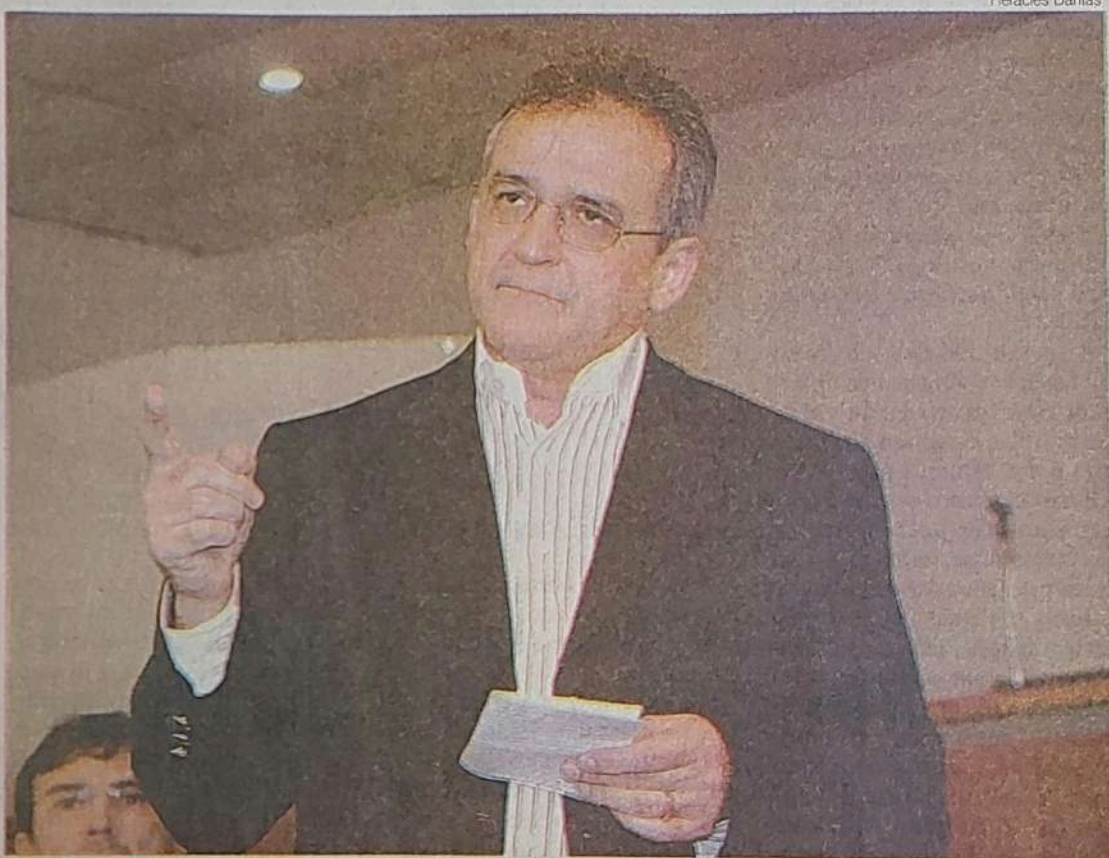
Entidades médicas do Estado decidem processar MP e Sesap

SEGUNDO SINMED, ANESTESISTAS QUE ATUAM NA REDE ESTADUAL COMEÇARAM A PEDIR DEMISSÃO POR CONTA DAS "CONDIÇÕES DE TRABALHO INSALUBRES"

Heracles Dantas

As entidades médicas, Associação Médica do Rio Grande do Norte (AMRN), Sindicato dos Médicos do RN (Sinmed-RN) e Cooperativas dos Médicos (Coopmed), que contrataram o escritório de advocacia do ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), José Delgado, já articulam, após o parecer, entregue aos contratantes, na semana passada, as ações judiciais que irão ingressar contra o poder público. Segundo o presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira, ações contra o município de Natal e contra o Estado, além do Ministério Público Estadual (MPE), estão previstas. "Todo o dinheiro que gastarmos nisso vale à pena, porque a situação é de calamidade e nada se resolve", diz. Segundo ele, idéia é processar o titular da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), George Antunes, por improbidade administrativa, e o MP por "abuso de poder". Os encaminhamentos vão ser definidos em uma reunião com Delgado na noite desta segunda-feira.

Geraldo relata ainda que os serviços do escritório de advocacia estão sendo disponibilizados, pelas entidades, à população. Até agora, mais de 50 pacientes já entraram com algum tipo de ação contra o poder público. "Ontem, no Walfredo Gurgel, não tinha ortopedista durante o dia e, por isso, quem chegava com uma fratura exposta teve que esperar o turno da noite", informa. De acordo com a assessoria de imprensa



Geraldo Ferreira: "Categoria já se articula para processar secretário de Saúde, por improbidade, e MP, por abuso de poder"

da Sesap, a secretaria só vai se pronunciar sobre as ações depois que o setor jurídico conhecer o teor de cada uma.

Paralelamente às manobras jurídicas, a coordenadoria de recursos humanos da Sesap registrou, até a última sexta-feira, dia 23, a apresentação de 15 médicos anesthesiologistas convocados para contratação emergencial pelo governo do Estado. Dos 131 médicos convocados emergencialmen-

te, 80 já foram empossados e encaminhados aos hospitais. Os anesthesistas da Região Metropolitana estão sendo lotados nos hospitais Deoclécio Marques, Walfredo Gurgel e Santa Catarina. Ainda faltam se apresentar à secretaria 16 profissionais desta especialidade.

Mesmo assim, para Geraldo, a motivação dos profissionais, que atuam na rede estadual, está cada vez mais comprometida.

Hoje pela manhã, a anesthesista Aíssa de França, atuante há 15 anos, pediu demissão do quadro. Os motivos alegados por ela, segundo o protocolo nº 12068 do Sinmed, são: ausência de perspectiva de carreira, condições de trabalho insalubre e salário indigno - situação incompatível com a recomendação do Conselho Federal de Medicina e da Sociedade Brasileira de Anesthesiologistas.

HOSPITAL WALFREDO GURGEL

Médico diz que deixar pessoas operadas nos corredores é "falta de respeito"

Pacientes operados são deixados nos corredores

Ney Douglas



O corredor do Centro Cirúrgico do Hospital Walfredo Gurgel estava lotado, ontem à tarde, de macas com pacientes que tinham acabado de ser operados. Sem mais lugares para os cirurgiados, o Hospital não teve outra solução a não ser amontoar as macas. O médico Luciano Araújo tomou um susto ao chegar no local destinado à cirurgia e ver o estado em que se encontravam os doentes. "É um caso de polícia, um absurdo, uma total falta de respeito à dignidade humana", revoltou-se. A matéria assinada pelo repórter Isaac Lira mostra, ainda, o sofrimento de crianças que continuam lutando pela vida, enquanto a burocracia impede que os médicos as atendam. Uma delas, um menino de sete anos, tem um tumor por trás do olho direito e já perdeu parte da visão.

O caos na saúde pública aumenta a cada dia. Macas com pessoas operadas são deixadas em corredor, no Hospital Walfredo Gurgel

Editor Assistente
João Ricardo Correia

Repórteres
Alisson Almeida
Anderson Barbosa
Roberta Trindade

Isaac Lira
Sara Vasconcelos

joaricardocorreia@yahoo.com.br



Pacientes que ainda não foram também sofrem no corredor do maior pronto-socorro do Estado



Mãe de José Antônio, que está esperando por uma cirurgia, o acompanhou para ser fotografado



INTERIOR O prefeito re-eleito da cidade de Macau, Flávio Vieira Veras (foto), apresentou recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a isenção do pagamento de multa de R\$ 10 mil aplicada a ele por distribuição irregular de cestas básicas durante o período eleitoral. **Página 7**

CAOS ETERNO Risco de infecção é real, mas pacientes operados são deixados no corredor do Hospital Walfredo Gurgel

Pacientes esperam no corredor após cirurgias

Isaac Lira
jornalista.isaacira@gmail.com

O corredor do Centro Cirúrgico do Walfredo Gurgel encontrava-se lotado na tarde de ontem. Se o excesso de pessoas estivesse relacionado com a fila para se fazer cirurgias, a situação ainda poderia ser definida como não muito preocupante. Mas não. As macas estacionadas dentro do Centro, no corredor que dá acesso às salas cirúrgicas, continham pacientes em pós-operatório.

Sem mais lugares para pacientes cirurgiados, o Hospital não teve outra solução a não ser amontoar as macas, no corredor. As novas vítimas do caos na saúde são pessoas que acabaram de ser operadas, ainda com pontos e que mereciam cuidado redobrado num lugar onde o risco de infecções chega a 50% em tempo de crises, de acordo com médicos que trabalham no Centro Cirúrgico. O médico Luciano Araújo tomou um susto ao chegar no local destinado à cirurgia e ver o estado em que se encontravam os cirurgiados. É um caso de polícia, um absurdo, uma total falta de respeito à dignidade humana, revoltou-se.

A reportagem do JH PRIMEIRA EDIÇÃO visitou o

Walfredo ontem. De acordo com funcionários, a situação estava calma em relação ao que ocorreu no fim de semana. Ao ver os repórteres, os pacientes que estavam à espera dos procedimentos e os funcionários do hospital começaram a falar desordenadamente. Todos incentivavam a reportagem a mostrar o que acontecia. O transtorno era generalizado.

Para o presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira, o Walfredo se transformou num depósito das mazelas do caos na saúde. "Isso mostra o quanto a situação está num nível absurdo, insustentável", critica.

FACTO

Numa reunião realizada na tarde de ontem, os procuradores do Estado e do Município e os secretários de saúde deram o primeiro passo na tentativa de construir um pacto no poder público para resolver de uma vez por todas a situação. Segundo o procurador do Município, Bruno Macedo, o Governo do Estado fez a proposta de repassar 60% do valor do atual contrato e o Município refazer a contratação das cooperativas. "Pretendemos ver outras soluções possíveis antes de tentar isso. Mas iremos conversar com

o Ministério Público, não podemos fazer sem eles. O ideal é que cada um ceda um pouco nas suas posições", diz Bruno.

A Assessoria de Imprensa da Secretaria Estadual de Saúde confirmou a reunião, mas disse não estar informada da proposta.

CÂMARA MUNICIPAL

Às 15 horas de hoje, a Câmara Municipal de Natal realizará audiência pública para tratar da crise na saúde. De acordo com o presidente da Comissão de Saúde da Casa, vereador Franklin Capistrano, foram convidados representantes das entidades médicas, dos servidores públicos municipais, além dos secretários estadual e municipal de Saúde e membros da Assembleia Legislativa.

Na manhã de ontem, o vereador Maurício Gurgel encaminhou ao secretário de Saúde de Natal, Levi Jales, questionamentos sobre o funcionamento dos postos de saúde, do Samu e das equipes do Programa Saúde da Família (PSF). Depois de receber as respostas, o vereador vai propor à prefeitura de Natal a abertura, inclusive aos finais de semana e feriados, de todos os postos de saúde da capital do Rio Grande do Norte.

Menino de sete anos sofre com tumor no olho direito

José Antonio da Silva tem sete anos e já veio duas vezes a Natal. Nenhuma delas a passeio. Nas duas ocasiões, ficou internado no Hospital Infantil Varela Santiago. José Antonio tem um tumor no olho direito, pelo qual já quase não vê. O menino é mais um dos que esperam pacientemente na fila da morte das cirurgias eletivas infantis do Rio Grande do Norte.

Assim como José Antonio, Yasmine e Mariana, as duas meninas prematuras do Walfredo Gurgel ainda esperam. Até o fe-

chamento desta edição, os anestesistas não haviam se apresentado. De acordo com Carlos Eduardo Albuquerque, do Planejamento da Secretaria Estadual de Saúde, a lista dos profissionais habilitados foi enviada pelo Varela e os possíveis anestesistas foram convocados. Deviam ter se apresentado ao Varela ainda ontem.

Já o caso de José Antonio é mais complicado. Com uma cirurgia de alta complexidade, de acordo com o médico Ângelo Neto, o seu caso não está inclui-

do na parceria prometida pelos gestores. Ele ainda terá de esperar. Natural de Lagoa Salgada, José Antonio vive com sua mãe, Judite da Silva. Um povo simples e humilde. Perguntada sobre o início da doença, dona Judite deu a seguinte resposta: "Ele disse que um besouro 'mordeu' o olho dele e desde então o olho começou a crescer". José Antonio sofre de dor de cabeça, tonturas e dores na córnea. Durante a noite, ele dorme pouco e reclama do incômodo. (I.L.)

TEMPO INCLUI
Ciclo parcelamento rubricado
com Chaves
Max. 35,7 Min. 3,4*

TÁBUA DE MAREM
Martes alta
09h30 e 19h45
Martes baixa
09h21 e 21h51

FEIRAS
Aberlins
838 bancas, 417 lotes entre
Santa Catarina
490 bancas, 223 lotes entre

REALIZAÇÃO DE IMPRESSIONES
Máscaras
Lentes

FASES DA LULA
Q. Minguanter
14q
Luz Plena
Segunda-feira (26/01)

Editor Interim: Emílio F...
e-mail: par...
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE
Sábado 24 de janeiro de 2009



[SAÚDE] Promotoras pediram à Justiça tratamento urgente no julgamento do processo que obriga hospitais conveniados à prefeitura a atenderem os pacientes do SUS nas cirurgias de ortopedia. Juiz deu três dias para as outras partes pronunciarem-se

MP quer pressa na volta das cirurgias

O Ministério Público Estadual divulgou ontem que ingressou na Justiça, na quinta-feira passada, com um pedido de antecipação de tutela no processo em que é julgada a ação que visa garantir cirurgias de ortopedia para pacientes do SUS. O objetivo é dar mais urgência, através de uma liminar, ao caso, para que a situação não se torne ainda mais grave. Na ação, a Promotoria de Defesa da Saúde dá um prazo de 72 horas para que os diretores do Hospital Médico Cirúrgico, Ilom e Hospital Memorial, que possuem contratos com o Município de Natal, viabilizem a realização dos procedimentos cirúrgicos dos pacientes SUS que já se encontram em suas dependências.

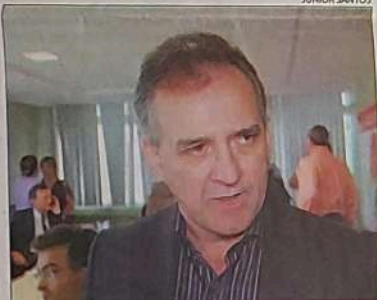
Segundo texto enviado ontem à imprensa local, "Com o movimento articulado pelas cooperativas médicas em razão da não renovação dos contratos com a Secretaria Estadual de Saúde, os médicos anestestistas resolveram não participar de cirurgias em hospitais particulares credenciados ao SUS". No entanto, para o Ministério Público, no caso dos hospitais que possuem contratos com

o município esse movimento "não pode servir de desculpa para os hospitais contratados não cumprirem o acordo firmado e prolongar o sofrimento da população". As promotoras de defesa da Saúde, Lara Pinheiro e Elaine Cardoso, se fundamentam na previsão contida nos contratos em vigor, que determina que é responsabilidade dos contratados disponibilizar o serviço de anestesia, além de outros equipamentos e materiais necessários para realização do procedimento.

O pedido concede ainda o prazo de cinco dias para que esses hospitais recebam e comecem a realizar as cirurgias de ortopedia para os pacientes, assegurando atendimento prioritário aos idosos, crianças e adolescentes, de acordo com as prescrições médicas respectivas.

Como foram juntados novos documentos ao processo, o juiz Geraldo Antônio da Mota, da 5ª Vara da Fazenda Pública da Justiça Estadual, determinou o prazo de três dias para as outras partes se pronunciarem. O prazo começa a contar a partir da intimação, que se dá pela publicação no Diário Oficial, o que deve ocorrer hoje.

JÚNIOR SANTOS



Geraldo Ferreira: "o MP está matando gente com sua caneta"

Médicos fazem acusações pessoais ao MP e gestores

"Nazistas", "Desprovidos de moral", "Forças do mal". No discurso dos presidentes do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira, e da Associação Médica, Alvaro Barros, em entrevista coletiva ontem, não faltaram adjetivos para caracterizar os promotores de Justiça, gestores públicos e membros dos conselhos de saúde que se opõem à renovação do contrato entre Governo do Estado e cooperativas médicas.

"O Ministério Público, obstinado o acesso da população à saúde, está matando gente com sua caneta", afirmou em um trecho o presidente da Associação, logo depois de ressaltar que "o secretário de Saúde (do Estado, George Anímes) foi irresponsável ao assinar um Termo de Ajustamento com o Ministério Público (acatando a não renovação dos contratos) e não fazer nada para que a população não morresse."

Para Barros, o governo estadual é o responsável pelo caos e os médicos cooperados acabam se tornando vítimas desse "sistema cruel", no qual têm assumido todo o ônus da gestão de estrutura dos hospitais públicos. "Al veno o secretário falar asneiras sobre duplo vínculo", declarou, criticando o fato de médicos estarem sendo "acu-

sados" de terem dupla jornada, uma como funcionários públicos e outra enquanto integrantes da cooperativa. "E um médico pode viver com R\$ 2.500?", questionou. Para ele, atualmente dentro da saúde pública está a "escória da esquerda irresponsável". O presidente da Associação também reclamou da tentativa de colocar "no colo da Prefeitura uma responsabilidade que não é dela". Ainda assim, o representante da categoria apelou para a sensibilidade da governadora Wilma de Faria, que em seu entender vem sendo mal assessorada no assunto.

Já Geraldo Ferreira garantiu que "nada, ou ninguém irá intimidar" a categoria, que não se deixará abater nem pelas "práticas nazistas e fascistas de quem tenta atingir a classe médica". Em outro trecho de seu discurso, foi ainda mais radical em relação aos opositores: "Eles formam uma legião, como os demônios (...) mas derrotaremos as forças do mal".

Para ele, os gestores e membros dos conselhos de saúde que lutam pela suspensão dos contratos com as cooperativas são "indivíduos desprovidos de moral" e "imprestáveis". "São fanáticos incapazes para a vida pública", resumiu.



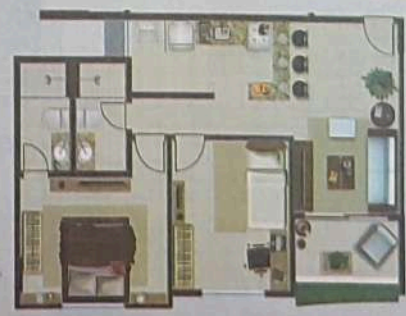
Celebre a vida todos os dias.

O La Vie Residence está localizado na área mais nobre de Natal, com o melhor da cidade ao seu redor. Toda infra-estrutura do eixo Tirol/Petrópolis, com serviços, comércio, hospitais, bares, restaurantes, boutiques, shoppings, supermercados, clínicas médicas e clubes, proporcionando satisfação e comodidade para você viver sempre bem.




- Apartamentos de 50m²
- Cozinha americana
- Segurança predial completa
- 2 quartos, sendo 1 suite
- Varanda
- Aquecimento da água por placas solares
- Sala de estar/jantar
- Área de lazer completa
- Prestações a partir de R\$359,00*

ESTANDE DE VENDAS NO LOCAL:
RUA JUNDIAÍ COM AV. CAMPOS SALES.
TEL: 3201.8115








* Valor médio para apartamento de 50 m² para o padrão de R\$ 359,00. Valores de aluguel e honorários advocatícios, IPTU, condomínio, taxa de administração, taxa de energia elétrica, taxa de água e taxa de coleta de lixo não estão incluídos no valor médio. Os valores são estimados e não representam garantia de lucro ou prejuízo. Os valores são estimados e não representam garantia de lucro ou prejuízo. Os valores são estimados e não representam garantia de lucro ou prejuízo.

» RN OCUPA O QUARTO LUGAR NA EMISSÃO DE CHEQUES PRÉ-DATADOS • PÁGINA 10

FUNDADOR: ALUÍZIO ALVES - 1921 - 2006

58
ANOS

TRIBUNA DO NORTE



Ano 58 • Número 254 • Sábado, 24 de janeiro de 2009

RODRIGO SENA



[CRISE NA SAÚDE] Acordo transfere cirurgias pediátricas para o Hospital Infantil. Líderes dos médicos partem para o ataque pessoal

MP vai à Justiça para garantir as cirurgias ortopédicas no SUS

O Ministério Público Estadual ingressou na Justiça com pedido de antecipação de tutela no processo em que é julgada a ação que visa garantir cirurgias de ortopedia para pacientes do SUS. O objetivo é dar mais urgência, através de uma liminar, ao caso, para que a situação não se torne ainda mais grave. Ontem, a Sesap anunciou que vai colocar à disposição do

Hospital Infantil Varela Santiago três anestesiológicos, viabilizando as cirurgias pediátricas que estavam na fila de espera da rede pública. Em entrevista à imprensa, alguns dirigentes de entidades médicas acabaram fazendo acusações e ataques pessoais aos gestores do SUS e aos promotores públicos. [NATAL 1 A 3]

FERMENTANDO A disputa pelas vagas de deputado estadual também deverá contar com a presença de lideranças e ex-detentores de mandato como ex-prefeitos e ex-deputados

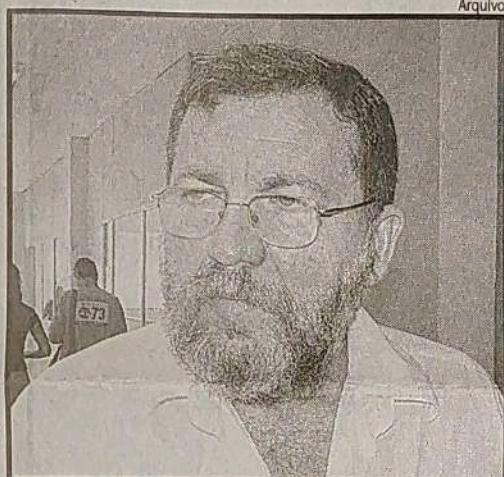
Ex-deputados e atuais suplentes fortalecem base para candidaturas

A disputa pelas vagas de deputado estadual também deverá contar com a participação de nomes, até pouco tempo, comuns no noticiário das páginas políticas do Estado. Dois deles, Vivaldo Costa (PR) e Cláudio Porpino (PSB), estiveram na Assembléia nesta legislatura, continuam fazendo parte destas notícias e atuando para fortalecer as bases e nos bastidores políticos. No caso de Vivaldo, ainda ocupando a vaga aberta pela saída de Gustavo de Carvalho, Secretário Chefe do Gabinete Civil, enquanto Porpino assumiu a Articulação com os Municípios.

Ex-detentores de mandato, que podem voltar para a vida pública no ano vindouro como deputados estaduais, são os ex-prefeitos Agnelo Alves (sem partido) e Fernando Cunha (PMDB), de Parnamirim e Macaíba respectivamente. Em recente entrevista ao JH PRIMEIRA EDIÇÃO, ambos negaram interesse em participar da eleição de 2010, mas, diante da alta avaliação popular que deixaram suas administrações, podem ser colocados nas urnas a pedido do povo. Até lá, os dois continuam atuando nas suas profissões, Agnelo como jornalista e Fernando como médico.

Os ex-deputados Francisco José (PSB) e João Faustino (PSDB), correm por fora. O primeiro, deve disputar para enfraquecer a oposição wilmista mossoroense, enquanto o segundo, renovado na política potiguar com o convite para integrar a administração de Natal como auxiliar da prefeita Mícarla, pode entrar na vaga tucana aberta com a suposta saída de Luiz Almir. João Faustino é mais que já negou a possibilidade dessa candidatura.

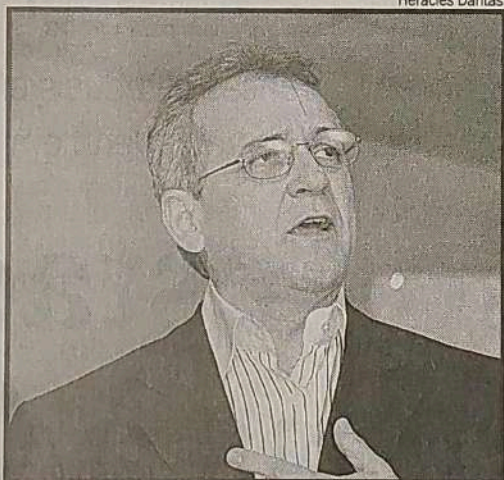
Na trilha para entrar na Assembléia também estão os vereadores Dickson Nasser (PSB), presidente da Câmara Municipal, e Raniere Barbosa (PRB). O primeiro, revelou que o grupo do deputado federal Rogério Marinho (PSB)



Presidente da CMN, Dickson pode disputar a AL



Porpino é secretário, mas quer ir para Assembléia



Geraldo Ferreira, do Sindicato para o parlamento



Fernando encerrou mandato, mas pode disputar

deverá se unir a favor de uma candidatura e não descarta assumir esse papel, conforme entrevista na semana passada. Já Raniere, em contato com esta reportagem, afirmou que considera improvável sua participação como candidato nas eleições de 2010. Mas, confirmou que se empenhará no projeto do ex-prefeito Carlos Eduardo e que, caso existam condições de vitória, não fugirá da luta.

"Eu não estaria sendo honesto com a população se já estivesse pensando em outra candidatura. Hoje não vejo possibilidade disso

acontecer, mas não tenho como imaginar como será no próximo ano. Hoje não tenho a menor intenção, mas poderei analisar essa possibilidade caso perceba o retorno das ruas", disse Raniere.

NOVOS NOMES

As articulações para essas candidaturas ainda praticamente inexistem, mas a possibilidade, para quem participa do dia-a-dia dessas pessoas é real. O empresário Jerônimo Melo (PSDB), filho do ex-senador Geraldo Melo (PSDB), e o presidente do Sindicato dos

Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed), Geraldo Ferreira, não assumem, mas caso participem do pleito do próximo ano, poderão assustar os atuais donos de gabinetes da AL.

Segundo o anestesiológista Geraldo Ferreira, que desponta como a mais nova liderança médica do Estado, o nome que será apoiado pelas entidades da classe é Paulo Davim. "Meu papel é nessa direção, tenho a consciência que meu dever é o fortalecimento das instituições médicas", disse o especialista.

SOLIDÁRIOS Médicos preferiram vencer a burocracia e, diante do quadro crítico da criança, resolveram operá-la, no sábado passado

Voluntários operam menina de sete meses

Isaac Lira

jornalista.isaacira@gmail.com

A menina Evelyn Vitória Duarte, de apenas sete meses, foi operada no último sábado pela manhã, no Hospital Varela Santiago. A criança tinha hidrocefalia e já estava esperando há quase um mês o procedimento. A operação ainda não foi fruto da parceria anunciada entre Prefeitura, Governo do Estado e Hospital Infantil, mas realizada por voluntários por conta da gravidade do estado da criança.

De acordo com o médico Ângelo Neto, neurocirurgião que era responsável pelo setor no Varela Santiago antes do encerramento do contrato com a cooperativa, o caso de Evelyn era, junto dos de Yasmine e Mariana, internadas no Walfredo Gurgel, um dos mais graves envolvendo crianças em Natal. Ângelo Neto informou também que outro caso de urgência envolvendo criança chegou ao Varela Santiago na manhã do último sábado. Trata-se de uma criança, cujo nome e idade o médico ignora, com um tumor em um dos olhos. A direção do Varela Santiago, embora tenha confirmado a informação, não permitiu que a reportagem do JH Primeira Edição entrasse em contato com a família.

A mãe de Evelyn, Shirley



Heraclides Dantas

Shirley Duarte disse ao JH Primeira Edição que a doença da sua filha começou a se manifestar nos cinco primeiros meses

Duarte, ambas de Natal, contou que a doença da menina começou

a se manifestar entre os quatro e cinco primeiros meses de vida. O

diagnóstico foi precisado médico Ângelo e a primeira cirurgia, para

"retirar a pressão", foi realizada há um mês. Desde então, a espera por

uma nova cirurgia que viabilizasse a colocação de uma válvula começou. A válvula, instalada hoje, permite a drenagem do líquido que se acumula no cérebro da criança. A diretora do Varela Santiago esclareceu que a válvula deve permanecer durante toda a vida do indivíduo, mas não significa limitações graves ao seu cotidiano.

SUFOCO

As meninas prematuras Yasmine e Mariana passaram o fim de semana no Hospital Walfredo Gurgel, como noticiou com exclusividade o JH Primeira Edição. A tranquilidade de todas as noites foi substituída por um sufoco. A menina Mariana teve problemas respiratórios e precisou receber operação boca a boca enquanto um aparelho respirador não era providenciado. O medo de uma infecção hospitalar, bem mais provável por conta da baixa imunidade das crianças, ainda terá de esperar até segunda para ser dissipado.

Mesmo com o compromisso público do Governo do Estado e de a Prefeitura resolverem o assunto, os médicos do Hospital Varela Santiago estão apreensivos com o cumprimento da parceria. "A única coisa que existe é a palavra empenhada dos gestores", diz Paulo Xavier, diretor do Hospital.

Ney Douglas

ESPERANÇA

Portadora de hidrocefalia, Evelyn Vitória Duarte esperava pela cirurgia há um mês

Voluntários operam menina de sete meses no Varela Santiago

CIDADE, PÁGINA 5

Notícias que os outros só publicarão amanhã

O JORNAL DE HOJE



Sábado e domingo Ano XII - Nº 3.353 Natal, 24 e 25 de janeiro de 2009 R\$ 1,25 www.jornaldehoje.com.br

> CALAMIDADE DA SAÚDE

290 pacientes estão à espera de cirurgia ortopédica no HWG

ESPECIALISTA DIZ QUE A TODO INSTANTE CHEGAM DOENTES DE OUTROS HOSPITAIS PRECISANDO SE OPERAR

Federação do Comércio, Bens e Serviços do Estado do RN
SISTEMA Fecomércio/RN
SESC
SENAC

Lembrete
31 de janeiro
Dia do pagamento do seu imposto sindical patronal

Paiva
DROGARIAS
Preço baixo a Paiva tem!
Atendimento personalizado
Parcelamos no cheque ou cartão
Os menores preços é só conferir!
A ENTREGA É RÁPIDÍSSIMA!

3212-2222

CIDADE
94FM
VOCÊ PRECISA OUVIR



Fotos: Heitor Darlan

O setor de ortopedia é um dos que mais sofre com a calamidade na Saúde. Para se ter uma idéia da situação, no Hospital Walfredo Gurgel a fila de pacientes que aguarda cirurgia já soma 290 nomes e não pára de crescer. Os casos mais graves, pessoas incapacitadas de se locomover, ficam em macas, pelos corredores.

Sobre os procedimentos cirúrgicos necessários para salvar a vida de recém-nascidos, o diretor do Hospital Varela Santiago afirma que a parceria entre Governo do Estado, Prefeitura de Natal e o Hospital "por enquanto é só promessa".

CIDADE 5



Alvanete continua esperando a cirurgia da filha

Na manhã deste sábado, cerca de 30 pacientes -- e seus acompanhantes -- se apinhavam nos corredores do Walfredo Gurgel, esperando cirurgias

ENTREVISTA/ EDSON GUTTEMBERG / PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

“A crise não é aguda, é crônica”

Enquanto presidente da Fenam, médico e até mesmo potiguar, como o senhor vê essa crise na rede pública hospitalar?

Em primeiro lugar, é preciso colocar que a crise não é aguda, é crônica. Esse é um processo que vem infertilizando a saúde da população há muito tempo, e a responsabilidade deve ser compartilhada pelos três entes de gestão do Sistema Único de Saúde: o federal, o estadual e o municipal. Isso está na Constituição de 1988. Mas o que a gente tem verificado ao longo desses anos é que a saúde é sempre uma bandeira de luta eleitoral, mas os gestores não têm se preparado para responder à demanda da população. Uma demanda importante porque 70% da população brasileira depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde, por isso que é humano, ético e fraterno a gente defender o SUS.

Ena sua opinião, como isso deve ser resolvido?

Do nosso ponto de vista (Fenam), a medicina tem que ser colocada uma carreira de Estado, esse é um ponto fundamental. A carreira de Estado obriga o profissional a dedicação exclusiva ao serviço público, analogamente ao que acontece com o Ministério Público. Quem trabalha lá tem salários que permitem exercer sua profissão dignamente sem precisar exercer outra função. Os médicos anseiam por isso, por essa oportunidade. Mas, evidentemente, não adianta transformar em carreira de Estado pagando o salário que paga hoje. Por isso isso defendemos o salário mínimo profissional do médico em R\$ 7.500,00 para 20 horas de trabalho.

Hoje um médico na rede pública ganha quanto?

Hoje o salário varia em torno de R\$ 1.050,00 ou R\$ 800,00. Não tem o valor estipulado. Então a gente quer o mínimo profissional para que aí possa se dedicar ao serviço público, ser funcionário exclusivo. O Sistema Único de Saúde implantado na Espanha, na Inglaterra, na França, na Espanha, quando funcionam, os médicos só têm aquele vínculo. Aqui, de acordo com a realidade atual, viveria de forma digna dando a devida atenção aos seus paciente e à sua vida pessoal.

Quando vocês defendem isso, é porque acham que o principal problema está na questão profissional?

Não. A rede desestruturada e os salários são uns dos problemas. A gente vem atuando também desde a base. A gente tem consciência que, hoje a universidade não vem formando profissionais



GABRIELA RAULINO
Repórter

Há mais de 20 dias, o Rio Grande do Norte sofre com as consequências da “crise” na rede pública hospitalar. Desde que o Estado tomou a decisão de não renovar o contrato com três cooperativas que prestavam serviço ao SUS (após, praticamente, 12 anos sendo questionado pelo Ministério Público), as filas de pacientes aumentam. E as soluções efetivas não aparecem. O presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), regional Nordeste, o médico Edson Guttemberg, fez uma avaliação das medidas já tomadas até o momento, e opinou sobre quais soluções devem ser tomadas para consolidar “de uma vez” o Sistema Único de Saúde. As opiniões são calçadas não só na posição que hoje assume na Federação, mas enquanto médico, potiguar e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Além disso, já assumiu a função de secretário adjunto Municipal de Saúde no governo de Aldo Tinoco, bem como foi presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sindimed). Em entrevista à TRIBUNA DO NORTE, Edson Guttemberg destacou a participação do Ministério da Saúde nas discussões sobre a crise, e elogiou as medidas em andamento, como a reestruturação da rede e convocação dos recém-concurados. No entanto, foi taxativo: o Sistema Único de Saúde precisa ser consolidado. E, nesse sentido, afirmou que a “bandeira de luta” é que a medicina seja transformada em “carreira de Estado”, com salário de R\$ 15 mil por 40 horas de trabalho.

O fato é que o Sistema Único de Saúde no país continua na dependência da rede privada por ineficiência de sua própria gestão

A rede está desestruturada e o salário é apenas um dos problemas. As universidades, por exemplo, não vêm formando profissionais para trabalhar no SUS

para trabalhar no SUS, que seria um médico generalista, que entende que a saúde família e a atenção básica é a principal estratégia para oferecer saúde eficiente para a população. As experiências no mundo todo que investiram na atenção básica de saúde são exitosas, e no Brasil não pode ser diferente. Para isso, a universidade tem que influenciar aqueles que estão se formando a ideia de trabalhar nesses sistema.

Equal o perfil da formação atual nas universidades do país?

Hoje as pessoas estão se formando e logo procuram se tornar especialista em alguma coisa e, se possível, um super-especialista, porque se só tem ele, vai ganhar melhor. Mas tem que ganhar melhor o médico generalista que trabalha na rede pública.

É isso que tem acontecido hoje com as cooperativas?

É. Mas o equívoco não está na cooperativa em si. O errado é elas

atuarem no SUS, o que é resultado de uma má gestão no sistema público, mas profissional e sem bons salários. Essa forma de atendimento pode inviabilizar o SUS porque hoje são os anestesiológicos, os ortopedistas, amanhã vão ser os psiquiatras. A cooperativa surgiu para enfrentar os planos de saúde mercantilistas, que buscam o lucro, o que não é um pecado diante do sistema capitalista, e hoje os médicos têm poder de negociar preço com esses planos. A deformação está nelas terem ido para o SUS.

Mas o senhor acha que as medidas estão sendo tomadas para contornar esse “erro”?

É. O Governo está tomando as medidas, estão chamando os médicos. Não sei se vão conseguir com o salário que oferecem, mas estão chamando. A gente (entanto sindicato) já pediu isso há 15 anos atrás. O primeiro foi realizado há três, quatro anos.

Com esse posicionamento, en-

tão o senhor discorda da nova proposta do “contrato global”, em que, de algum modo, as cooperativas podem voltar a ser contratadas, dessa vez pelos hospitais privados?

Com certeza. É troca seis por meia dúzia. O sistema único continua na dependência da rede privada por ineficiência da sua própria gestão.

A solução então, como o senhor já falou, seria o concurso público, a carreira de Estado. Mas isso demanda um longo prazo...

Já esteve mais longe do que se pensa. Hoje os órgãos de integração que fazem parte do SUS (conselhos, associações) já estão colocando essa solução para o Ministério da Saúde. Será levado para o CONAES (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde), que tem poder de deliberação e para o CONASEM (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde). O Ministro já admitiu fazer isso de forma reduzida, primeiramente pa-

ra locais de difícil provimento, como Amazonas e Belém. Mas queremos para todo o Brasil.

Mas enquanto isso, tem muita gente precisando de atendimento. Qual seria a solução imediata?

É o que já está sendo feito agora, inclusive com a ajuda do Ministério da Saúde, que sempre se comportou como se não fosse com ele quando essa crise já estourou em outros estados. A solução está sendo dada com contratação de médicos, redistribuição dos médicos já existentes. Mas não pode abrir mão das medidas estruturantes, para uma atuação consolidada do sistema.

Resolver a ponto de dar tempo de atender emergencialmente a essa demanda “acumulada”?

Vai tirar a “agudez” do momento, até instaurar outra crise ou então resolver o problema. Não de modo rápido, porque é muita gente precisando de atendimento e os profissionais chamados ainda não são em quantidade suficiente. Não sei se acontece o mesmo de quando eu estava na presidência do sindicato. O governo fez um concurso para médicos com salário de R\$ 300,00 o sindicato e conselho pediu que os profissionais não se submetesse, mas nós quebramos a cara. Eles assumiram achando que depois ia melhor, mas muitos pediram pra sair depois. Não sei como e com esses que estão chegando agora.

Mas essa ainda é uma questão atual. O salário continua sendo considerado “baixo”. O senhor defenderia então que eles não assumissem?

O salário hoje melhorou em relação ao passado.

Mas como o senhor mesmo falou quando defendeu a carreira de Estado, ele continua baixo.

Veja, isso é muito relativo. Na carreira pública, o salário ainda precisa melhorar para ser carreira de Estado. Mas para quem está chegando agora, dá pra ficar.

Mas muitos dos convocados ainda não se apresentaram. O senhor acha que deveria prevaler o compromisso social da medicina?

Veja bem, a medicina no passado era visto como um sacerdócio, éramos profissionais liberais. Mas hoje, os médicos são assalariados e, como outros trabalhadores, queremos ganhar de uma forma digna. Deve atender de graça? Deve. Em uma situação de urgência e emergência. Não porque somos bonzinhos, mas porque a lei condena por omissão de socorro.

ENTENDA A CRISE

O impasse entre Governo e Cooperativas médicas não é de hoje e tem uma série de implicações

História
Desde 1996 o poder público vem assinando contrato com cooperativas médicas (a primeira foi de Anestesiologia) para que profissionais de determinadas especialidades, nas quais não há servidores suficientes, atendam a demanda do Sistema Único de Saúde (SUS), tanto em hospitais públicos, quanto em unidades particulares ligadas ao SUS.

O que são essas cooperativas
São entidades que reúnem profissionais da Medicina e assinam contratos tanto com os governos municipal, estadual e federal, quanto com planos de saúde, hospitais privados e outros clientes.

O início da crise
Há anos o Ministério Público questiona esses contratos, entendendo que o SUS deve priorizar os investimentos nos hospitais da rede pública e a contratação direta de médicos concursados, nas três esferas do governo. Esse entendimento gerou

diversas crises em renovações anteriores, mas que sempre terminaram com a assinatura de novos contratos, abrangendo cooperativas de um número cada vez maior de especialidades.

A explosão da crise
O último contrato das cooperativas dos Anestesiologistas (Coopanest), dos Cirurgiões Pediatras (Cipem) e dos Médicos (Coopmed) com o Governo do Estado se encerrou no dia 31 de dezembro e o secretário Estadual de Saúde, George Antunes, decidiu não renová-lo, com base no entendimento do Ministério Público.

Medidas tomadas
Para evitar um colapso (essas cooperativas realizavam 2.500 procedimentos mensais na rede estadual e na rede converteida) o Governo do Estado decretou Calamidade Pública na área de saúde e convocou, de forma emergencial, os aprovados no último concurso público. Também contou com ajuda de

profissionais das Forças Armadas e contratou diretamente hospitais para atender parte das urgências.

Primeiras dificuldades
O número de aprovados no concurso que estão se apresentando ainda é baixo e a quantidade não tem sido suficiente para suprir a demanda principalmente pelas cirurgias eletivas (as não emergenciais). Os médicos das Forças Armadas são poucos e muitos anestesiológicos também estão se negando a participar dos procedimentos nos hospitais privados recém contratados pelo Governo do Estado, alegando que não possuem vínculo com essas unidades, onde trabalham de forma terceirizada.

Última alternativa
A solução mais recente apresentada para a crise, por Estado e Município,

seria a contratação direta de hospitais privados para a realização das cirurgias eletivas. As unidades ficariam



responsáveis por assegurar a equipe de médicos, inclusive anestesiológicos, necessária para atender os pacientes.

Novo problema
Os hospitais não aceitaram assinar os

contratos, ainda, pois não há garantia de que os médicos, sobretudo os anestesiológicos, vão aceitar trabalhar para as unidades no atendimento desses pacientes do SUS. Como os profissionais são terceirizados, teriam o direito de se negar.

Impasse federal
Ao mesmo tempo, o Ministério Público Federal, que já vinha pedindo a dissolução da Coopanest, solicitou à Justiça que o contrato da cooperativa com os hospitais da UFRN fosse suspenso. O Jaz federal Edilson Nobre não determinou a suspensão, porém autorizou a universidade a realizar contratações emergenciais de especialistas, para ocupar o lugar dos cooperados.

Posição do Ministério Público
Promotores e procuradores entendem que o vínculo com as cooperativas vem deixando o poder público “refém” dessas entidades, que em alguns casos reúnem a quase totalidade dos profissionais de determinadas

especialidades médicas. Tanto o Estadual, quanto o Federal, já contratou à renovação desse vínculo e defendem medidas alternativas, como a contratação individual de médicos, como paliativo e a montagem de uma estrutura hospitalar e de pessoal própria para atender os pacientes do SUS, como solução definitiva.

Posição das cooperativas
As cooperativas entendem que a renovação dos contratos é a única alternativa atualmente eficiente, uma vez que Município, Estado e União não montaram a estrutura necessária e nem contam com pessoal suficiente para atender a demanda do SUS. Seus dirigentes alegam ainda que o Sistema Único prevê a participação da rede pública, mas também da rede filantrópica e privada, dentre as quais se enquadram as cooperativas. Além disso, argumentam que há hoje pouco interesse dos médicos em se tornarem servidores públicos, devido aos baixos salários e más condições de trabalho.

Parceria é uma esperança para salvar vidas de recém-nascidas

Ney Douglas

O drama de crianças à espera de uma cirurgia nos hospitais públicos da cidade foi mostrado nas últimas semanas pelo JH PRIMEIRA EDIÇÃO. O resultado, finalmente, começa a surgir, com o encaminhamento das cirurgias que poderão, a partir da próxima semana, salvar as vidas das crianças que correm risco iminente de morte. Num entendimento do Governo do Estado com a Prefeitura e o Hospital Infantil Varela Santiago, as operações serão possíveis. A fatura será compartilhada entre as três partes: o Governo do Estado irá ceder os anestesistas, a Prefeitura pagará o internamento e o Varela Santiago, além de ter entrado em acordo com alguns profissionais, cederá o espaço físico e os aparelhos. Entretanto, casos como o da menina Clarice Quirino, que sofre com um tumor na cabeça, ainda precisam ser analisados mais profundamente, de acordo com o médico Ângelo Neto.

CIDADE, PÁGINA 5



As duas recém-nascidas com hidrocefalia serão beneficiadas com o acordo anunciado ontem, para alívio e esperança das mães

TIBAU DO SUL

Bandidos planejavam sequestrar prefeito

GERAL, PÁGINA 8

CANDIDATA AO GOVERNO

Deputado federal

Duailson

[**CRISE NA SAÚDE**] Contratação temporária foi apresentada ontem em reunião com a presença das promotoras Lara Pinheiro e Elaine Cardoso

MP discute hoje plano para contratar cooperativa médica

PAULO JÚNIOR

Numa reunião ontem da Câmara Bipartite, na Secretaria Estadual de Saúde, com a participação de representantes dos Ministérios Públicos federal e estadual, foi apresentada uma proposta para resolver, de forma emergencial, a crise na saúde pública em Natal. A proposta, de iniciativa das promotoras de Saúde, seria a contratação, por um prazo determinado, de cooperativas médicas para atender em hospitais privados que prestam serviços ao SUS.

Apesar da resistência do Ministério Público, desde o início da crise, em autorizar o contrato das cooperativas, o agravamento da situação, principalmente no atendimento aos casos de ortopedia, pediatria e oncologia, teria levado as promotoras a elaborar e apresentar essa sugestão emergencial. A ideia é que a contratação tenha um prazo fixo. Nesse período, o governo do Estado e a Prefeitura do Natal seriam obrigados a preparar um plano para se livrar da dependência das cooperativas. Para isso, teriam de contratar médicos que iriam atuar em hospitais especializados em cirurgias eletivas.

A proposta ainda não foi apresentada às cooperativas. Hoje pela manhã haverá uma nova reunião, na qual a proposta deve ser oficializada. Além disso, serão definidos alguns pontos, como o prazo para contratação das cooperativas e os valores dos serviços.

O procurador-geral de Justi-



Temporão discute com Micarla e Garibaldi crise da saúde de Natal

ça, José Augusto Peres, confirmou ontem à noite que foi informado sobre o plano logo após a reunião da Comissão Bipartite, mas disse que ainda não tinha conhecimento dos detalhes discutidos. "A proposta de contrato com as cooperativas realmente existe, mas as condições ainda precisam ser discutidas com o Município, com o Estado, e com as cooperativas", assegurou Augusto Peres. Ele adiantou que ainda hoje vai se reunir com as promotoras de Saúde, Lara Pinheiro e Elaine Cardoso, para tomar conhecimento da proposta e seus possíveis encaminhamentos.

Nesse novo formato do contrato, em discussão, a contratação da cooperativa dos anestesistas seria feita pela prefeitura e não pelo governo do Estado, como era

até o ano passado. A justificativa é a de que a gestão do SUS é municipalizada.

A crise na saúde de Natal será discutida nesta quinta-feira em Brasília em reunião do ministro José Gomes Temporão com a prefeita Micarla de Sousa e com a governadora Wilma de Faria. Ontem, em companhia do presidente do Senado, Garibaldi Filho, a prefeita fez um relato do problema na saúde em Natal. O ministro sugeriu que a prefeita fizesse uma visita Rio de Janeiro para conhecer o funcionamento das estruturas de Unidades de Pronto Atendimento. Temporão prometeu a instalação de quatro delas em Natal. Só saiu de Brasília com este problema solucionado", declarou a prefeita.

Leia mais nas páginas 9 e 10

A ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO, em resposta aos ataques desferidos pelo Presidente do Sindicato dos Médicos, GERALDO FERREIRA FILHO, e o Presidente da Associação Médica, ÁLVARO BARROS, através da imprensa local (Tribuna do Norte edição do dia 24/01/2009), quando se referiram ao Ministério Público e seus membros como “assassinos indiretos”, que atuam com abuso de poder, “nazistas e fascistas”, integrantes de “uma legião de forças do mal” e “desprovidos de moral”, esclarece à população:

1. Não será com baixo nível e falta de equilíbrio que a crise da saúde será resolvida.
2. O Ministério Público, apesar da deselegância dos representantes das entidades médicas, manterá a sua postura elevada, sem apelar para o linguajar chulo e lastimável empregado pelas referidas lideranças sindical e associativa.
3. Lastimavelmente, as últimas crises da saúde, sempre motivadas pelo fim dos contratos com as cooperativas, vêm corroendo a imagem dos médicos, à custa de uma melhoria aparente na remuneração de poucos e na carreira política de alguns, em detrimento da figura do médico humanista respeitado pela população.
4. O Ministério Público sempre esteve ao lado dos médicos quando o objetivo foi o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e o incremento das suas remunerações como servidores públicos.
5. A Governadora do Estado deu corajosa entrevista se recusando a ser, mais uma vez, refém das cooperativas médicas, observando que o serviço público se deteriorou com as contratações anteriores, nada obstante os esforços de melhoria da rede de atendimento estadual. Maquiavelicamente, as entidades médicas demonizam o Ministério Público e os Conselhos de Saúde, que compartilham da mesma visão da Chefe do Executivo, mas poupam, por estudado e conveniente interesse, a Governadora, reputando-a mal assessorada e mal informada, porque sabem que apenas o Estado do Rio Grande do Norte tem condições de custear o contrato com as cooperativas nos padrões desejados.
6. A discussão proposta pelos dirigentes das entidades médicas nunca é a de como melhorar o serviço público de saúde e a remuneração dos servidores, mas como mobilizar a categoria para assegurar a renovação dos contratos das cooperativas médicas com o poder público.
7. A população pode perceber que o presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira Filho, com as sucessivas crises da saúde, é hoje a pessoa mais importante da saúde estadual. Enquanto o serviço de saúde piora, sua carreira política, dentro e fora do meio sindical, floresce.
8. O Estado do Rio Grande do Norte possui hoje mais de 90 anesthesiologistas no seu quadro de pessoal, mas não consegue realizar uma única cirurgia do SUS nos hospitais contratados e conveniados, porque as lideranças médicas estimulam o boicote na prestação desses serviços.
9. A COOPANEST recusa-se a divulgar quais os médicos anesthesiologistas que cumprem as escalas de plantões nas cirurgias do SUS, alegando suposta invasão de privacidade. No serviço público, impera o princípio da publicidade. Seria bastante interessante para a população saber como médicos anesthesiologistas servidores do Estado compatibilizam suas cargas horárias de 40 horas com outros serviços prestados pela COOPANEST.
10. O Poder Judiciário (isso já foi requerido nas ações ajuizadas pelo Ministério Público) tem a missão de publicizar para a sociedade as escalas de plantão dos médicos cooperados e a remuneração recebida dos cofres públicos através da COOPANEST, para acabar de uma vez por todas com a discussão sobre a sobreposição das escalas pública e privada dos anesthesiologistas e para mostrar à sociedade o patamar das remunerações de cada um dos cooperados, já que esses dados não podem ser uma caixa preta, em se tratando de contratação custeada pela administração pública.
11. O Ministério Público, infelizmente, não pode salvar as vidas dos que necessitam de cuidados médicos; os médicos podem e tem o dever legal, ético e moral. Basta querer.

RINALDO REIS DE LIMA

Presidente da Associação dos Membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

ANTÔNIO CARLOS ALPINO BIGONIA

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República

FÁBIO LEAL CARDOSO

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho

MP vai à Justiça exigir cirurgias dos hospitais

MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE QUE EM 72 HORAS HOSPITAIS PRIVADOS REALIZEM CIRURGIAS ORTOPÉDICAS EM PACIENTES DO SUS; CONSELHO DE MEDICINA CRÍTICA GESTORES POR CONDUÇÃO DA CRISE NA SAÚDE

CIDADES, 3

COOPERATIVAS MÉDICAS Contratos vão poder ser renovados pelo período de até 1 ano

Impasse para renovar contratos depende da análise de Micarla

O Ministério Público aceitou a renovação dos contratos com as cooperativas médicas, desde que a Prefeitura de Natal assine um Termo de Ajustamento de Conduta, definindo que o Estado passaria 60% do valor do antigo acer-

to para o Município, além da liberação de convênio. O procurador geral Bruno Macedo levará ainda hoje as linhas gerais do TAC, a Brasília, para que a prefeita Micarla de Souza possa analisar as propostas do MP.

[CAOS NO SUS] Proposta emergencial para tirar a saúde pública do caos foi apresentada ontem em reunião da Comissão Bipartite

MP já admite contrato temporário com as cooperativas médicas

Uma proposta apresentada ontem na reunião da Comissão Bipartite pode ser a saída para o caos na saúde de Natal. A proposta sugere a contratação temporária de cooperativas médicas para atender pacientes do SUS nos

hospitais privados, enquanto as secretarias estadual e municipal se estruturam para resolver o problema da falta de pessoal na rede pública. Os termos de um acordo permitindo a contratação será discutido hoje em

reunião do Ministério Público. Em Brasília, o ministro José Gomes Temporão convocou uma reunião com a prefeita Micarla de Sousa e com a governadora Wilma de Faria para discutir a crise. (PÁGINAS 8, 9 E 10)

Micarla de Sousa discute hoje à tarde com médicos as cláusulas do novo contrato

REUNIÃO SERÁ HOJE ÀS 17H NA SEDE DA PREFEITURA E NÃO INCLUIRÁ, NECESSARIAMENTE, A ASSINATURA DO ACORDO

ISAC LIRA
REPORTER

A prefeita Micarla de Sousa dará um grande passo para sacramentar a retomada dos atendimentos aos pacientes nos hospitais da rede pública na tarde de hoje quando a prefeita se reunirá, a partir das 17h, na sede da Prefeitura, com os representantes das entidades médicas, na . A reunião servirá para discutir as cláusulas dos novos contratos com as cooperativas médicas. Na noite de ontem e na manhã de hoje, o procurador geral do município, Bruno Macedo, articulou os detalhes jurídicos do entendimento tanto com os médicos como com o Ministério Público.

De acordo com Geraldo Ferreira, presidente do Sindicato dos Médicos, a prefeita foi desde o início o gestor que mais esteve interessado em resolver a situação e mais lúcida quanto à necessidade de contratação, pelo menos temporária, das cooperativas. "É preciso ressaltar que a prefeita Micarla foi a primeira pessoa a perceber a necessidade

desses contratos, há mais de 15 dias. Hoje os outros entes reconhecem que não há outra via para a resolução do caos", diz Geraldo.

A reunião de mais tarde não inclui necessariamente a assinatura dos contratos imediatamente, mas marca as primeiras discussões entre Prefeitura e médicos para finalmente restabelecer o atendimento. A conversa da manhã de hoje foi considerada bastante positiva pelas entidades médicas. Além de iniciar as negociações, Bruno Macedo também entregou uma cópia dos termos do ajuste de conduta com o Ministério Público.

O procurador ressaltou que a negativa do município em se comprometer a estruturar um hospital para cirurgias eletivas em seis meses ainda resultará em mais discussões, mas o caminho do entendimento já está pavimentado. "A conversa foi boa, ainda há divergências, mas com total possibilidade de se chegar a um entendimento", diz Bruno. Na tarde de ontem, Micarla anunciou que iria



Procurador do Município Bruno Macedo e a prefeita Micarla de Sousa: crise na saúde pode estar perto de um desfecho

proceder com a contratação das cooperativas mesmo antes da assinatura do TAC, e até indepen-

dente disso. A prefeita também anunciou a construção de quatro unidades de pronto atendimento e

a criação do Hospital da Mulher, onde anteriormente seria a Maternidade Leide Morais.

DIRIGENTES RECLAMAM DE POSIÇÃO DO MP

A briga está prestes a ser passada, mas as feridas continuam abertas. Os médicos ainda reclamam da posição radical adotada pelo Ministério Público durante a deflagração e a condução da crise. A 'exigência' de arrendamento de um hospital público foi o estopim. "Respeito o Ministério Público, mas acredito, e o ex-ministro José Delgado pensa da mesma forma, que nesse caso, e em outros pelo país, o MP extrapouou sua missão de fiscalizar as leis", diz Geraldo Ferreira. E complementa: "Quem deve gerir a saúde e dizer se vai ou não arrendar hospital é a prefeitura e não o MP".

Madson Vidal, presidente da Cooperativa dos Anestesiologistas, foi além. Disse que os médicos foram mais uma vez tratados como bandidos. "Só aceitaremos contratos a partir do próximo ano, com a realização de licitação. Os médicos ficaram muito expostos como vilões da crise e não aceitaremos mais isso", disse Madson.

Notícias que os outros só publicarão amanhã

O JORNAL DE HOJE

Sexta-feira

Ano XII - Nº 3.358 • Natal, 30 de janeiro de 2009 • R\$ 1,25 • www.jornaldehoje.com.br

> **CRISE PERTO DO FIM**

Cláusulas dos novos contratos com as cooperativas são discutidas hoje

PREFEITA SE REUNIRÁ COM AS ENTIDADES MÉDICAS NO FIM DA TARDE. ASSINATURA AINDA NÃO É GARANTIDA

CIDADE 5

Cidade

joaricardocorreia@yahoo.com.br

Editor Assistente
Jólio Ricardo Correia

Repórteres
Alisson Almeida
Anderson Barbosa Isaac Lira
Roberta Trindade Sara Vasconcelos



BOCA LIVRE Ainda ancorado pelo discurso de continuidade, o prefeito de Parnamirim, Maurício Marques (foto), recebeu a imprensa na noite desta quinta-feira, num restaurante da praia de Pirangi, para apresentar um balanço destes 30 primeiros dias de mandato. **Página 7**

ACERTO Reunião entre a prefeita Mícarla de Souza e os médicos rendeu bons frutos e até se falou de um mutirão para atendimentos

Contrato entre Prefeitura e cooperativas será assinado apenas na próxima semana

Isaac Lira

journalista.isaacilira@hotmail.com

Os termos do contrato das cooperativas médicas com a Prefeitura de Natal foram ajustados na noite de ontem (sexta-feira) entre a prefeita Mícarla de Souza e os representantes do movimento médico. Com tudo pronto, o contrato deve ser assinado na próxima segunda ou terça-feira, no mais tardar. Como os entraves burocráticos não foram solucionados, os pacientes que há quase um mês esperam por solução, terão de esperar mais um fim de semana.

Além da discussão do contrato, os representantes das entidades médicas firmaram com a prefeita Mícarla um amplo pacto de cooperação para reestruturar o sistema público de saúde de Natal. Primeiramente, com a realização de um mutirão para atender a toda demanda reprimida em 30 dias de caos. Os detalhes do mutirão serão discutidos entre os médicos. "Pretendemos chegar ao limite máximo de atendimento para minimizar o sofrimento da população", disse Alvaro Barros, presidente da Associação Médica do RN.

O presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira, afirmou que a entidade recebeu hoje vários telefonemas de médicos que queriam saber se já seria possível transferir os pa-

cientes para os hospitais públicos nesse sábado. "Os médicos nunca foram obstáculo para o atendimento aos pacientes. Sempre quisemos cumprir com nossa função ética e a realização desse mutirão só comprova isso. É a nossa resposta à sociedade", disse.

A participação das entidades na reconstrução do sistema será amplo, segundo Geraldo Ferreira. O Conselho Regional em parceria com o Sindicato e a Associação devem ajudar nos próximos meses na montagem das quatro Unidades de Pronto Atendimento e no resgate da Maternidade das Quintas, sem contar na transformação da Maternidade Leide Moraes em Hospital da Mulher.

O secretário de Comunicação da Prefeitura de Natal, Jean Valério, informou que Mícarla cobrou especificamente empenho e eficiência das entidades médicas para os próximos dias, que serão de superação da crise. Geraldo Ferreira, presidente do Sindicato dos Médicos, falou do novo acordo e de suas potencialidades de forma entusiasmada: "A prefeita conseguiu retomar as rédeas da gestão pública, cumpriu com seu papel de executar e planejar a saúde do Município. Esse era um poder que o Ministério Público tentou usurpar e a Secretaria Estadual covardemente aceitou", encerrou.



Ney Douglas

Termos para renovação dos contratos foram acertados na reunião de Mícarla com os médicos, mas assinatura ficou para "segunda ou terça"

ESPERA Comunidade vai comemorar 20 anos em 2009. Líderes comunitários...

Pacientes ficam mais um fim de semana sem atendimento

Atendimento aos pacientes volta ao 'normal' na segunda-feira

O atendimento aos pacientes que há um mês esperam por cirurgias eletivas deve ser retomado a partir desta segunda-feira, dia previsto para a assinatura do novo contrato temporário com as cooperativas médicas. No final da tarde de ontem, a prefeita Mírcia de Sousa recebeu entidades médicas do Estado e os presidentes das cooperativas para negociar o novo contrato, e convocar a categoria à promover um mutirão para resolver o caos que foi gerado com a crise. Por outro lado, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público condicionando a contratação das cooperativas pelo poder público, ainda não foi assinado.

O novo contrato - que não sofrerá reajustes em relação ao anterior - será firmado com a cooperativa dos Anestesiologistas (Coopanest), dos Cirurgiões Pediatras (Cipem) e dos Médicos (Coopmed). Apesar de assegurar que a categoria se comprometeu em agilizar o atendimento das filas de espera, a assessoria de comunicação da Prefeitura afirmou que as questões operacionais ainda não foram definidas: "Esses aspectos serão discutidos após a assinatura do contrato, provavelmente, na segunda-feira".

TAC

A contratação das cooperativas como solução para contornar a crise só foi admitida pelo Ministério Público sob condição de ser temporária (tempo máximo de um ano). OMP recomendou ainda uma série de ações, descritas em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser firmado entre Estado e Município, com o objetivo de que o poder público trabalhe para posteriormente assegurar o atendimento sem precisar do contrato com as cooperativas.

A prefeita Mírcia de Sousa, entretanto, já havia adiantado que iria assinar urgentemente os contratos, mesmo que as "negociações" referentes ao Termo de Ajustamento de Conduta ainda estivessem em andamento. Segundo a assessoria da Secretaria Estadual de Saúde (Sesap), que também faz parte do TAC, o MP acatou ontem o pedido da Prefeitura em retirar o termo a proposta de arrendamento de um hospital privado para realizar cirurgias eletivas. Em contrapartida, foi acrescentado ao TAC a disponibilidade de médicos 24 horas nas quatro Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs), que a prefeita se comprometeu em construir no



Esses aspectos serão discutidos após a assinatura do contrato"

ASSESSORIA DA PREFEITURA
sobre questões operacionais

prazo máximo de seis meses. Os recursos serão assegurados pelo Ministério da Saúde.

Os representantes dos Conselhos Nacional e Municipal de Saúde lamentaram a nova contratação das Cooperativas. Apesar de reconhecerem que os novos contratos impõem "limites importantes", os presidentes das entidades insistiram que a melhor saída seria cobrar judicialmente que os hospitais privados contratados pelo SUS assegurassem o atendimento, ou seja, contratassem diretamente os profissionais.

Além disso, criticaram a falta de iniciativa da Prefeitura em adotar outras medidas que seriam possíveis diante do Decreto de Estado de Calamidade Pública.

Hospitais privados lamentam prejuízos das poucas cirurgias

A situação de impasse - durante quase um mês - para solucionar a crise na rede pública hospitalar também trouxe prejuízos para os hospitais privados contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), já que recebem por cada procedimento realizado. Segundo o diretor do Itorn, o ortopedista Francisco Gomes, foram feitas neste mês apenas 30 das 170 Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) que normalmente são realizadas mensalmente no hospital. "Com isso vamos deixar de faturar mais de R\$ 200 mil", garantiu.

Dos hospitais privados contratados pelo SUS para atendimento em traumatologia-ortopedia, alguns já começaram a "zerar" a fila de espera por cirurgias, iniciada desde o fim dos contratos com as cooperativas dos anestesiologistas, no dia 31 de dezembro de 2008. Mesmo assim, continua em trâmite na Justiça uma ação civil pública contra essas unidades que suspenderam os procedimentos durante a crise na rede pública hospitalar. Ainda não há prazo para que seja emitida a decisão judicial.

A ação pública tramita na Justiça desde 2005, quando o mesmo problema de "falta de atendi-

mento" foi identificado em outra crise. Com a atual repetição do problema, a promotora de saúde anexou "novos elementos" ao processo e entrou com pedido de antecipação da tutela. A proposta é que os hospitais sejam obrigados a - em 72 horas - realizar as cirurgias em todos os pacientes que já se encontram nas dependências do hospital. Na tarde de ontem, os autos do processo (com uma nova defesa dos hospitais) foram encaminhados à juíza em substituição na 5ª Vara da Fazenda Pública, Vanessa Lissandra.

Constam na ação do Ministério Público seis hospitais: Itorn, Hospital Médico Cirúrgico, Memorial, Hospital do Coração, Natal Hospital Center e HMC Clínica do Coração (que atualmente, não possui mais contrato com o SUS). OMP justifica que os hospitais são contratados para oferecer o serviço e, portanto, têm obrigação de dispor de todos os profissionais necessários.

Os diretores dos hospitais se defendem. "Não temos médicos contratados. Esses profissionais são autônomos e decidem se prestam ou não o serviço", explicou Francisco Gomes.

[CRISE NA SAÚDE] Autorização para contratar cooperativas foi dada após reunião com entidades médicas. Conselhos cobram outras medidas previstas no decreto de emergência

Micarla autoriza contratos sem firmar acordo com MP

Depois de uma reunião com representantes de entidades médicas, a prefeita Micarla de Sousa autorizou ontem a Secretaria Municipal de Saúde firmar contrato com as cooperativas para a retomada de cirurgias eletivas nos

pacientes do SUS. A autorização foi dada antes da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta, condição imposta pelo Ministério Público para liberar o contrato temporário. Com a contratação das cooperativas, o atendimento

será reiniciado na segunda-feira. Ontem, representantes dos conselhos Municipal e Nacional de Saúde criticaram a falta de iniciativa da prefeita em adotar outras medidas permitidas no decreto de emergência. **[NATAL 8]**

[**CRISE NA SAÚDE**] O Ministério Público voltou atrás e autorizou a renovação dos contratos temporários com as cooperativas médicas, mas listou algumas condições em um Termo de Ajustamento de Conduta elaborado pelas promotoras de Defesa da Saúde

MP impõe limites para novo contrato

A contratação temporária de cooperativas médicas pelo poder público - como solução para crise nos hospitais públicos de Natal - foi autorizada pelo Ministério Público mediante algumas condições descritas em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O Governo do Estado, por meio do secretário de Saúde, George Antunes, já confirmou, extra-oficialmente, que aprova a minuta do documento entregue ontem pelo Ministério Público. A Prefeitura, entretanto, ainda vai questionar algumas condições, segundo adiantou o procurador-geral Bruno Macedo. Quando o TAC for assinado (prazo que se encerra amanhã), a decisão de aceitar ou não os contratos temporários deverá ficar na mão das cooperativas.

O Ministério Público deixou claro que só admitiu a nova contratação das cooperativas diante da gravidade do problema, e mediante o caráter de "tempo determinado". No Termo de Ajustamento de Conduta, o MP propõe um prazo máximo de seis meses de contrato, podendo ser renovado por mais seis meses. Esse seria o período em que o poder público deve viabilizar uma solução definitiva.

Uma das mudanças em relação ao contrato encerrado com as cooperativas no dia 31 de dezembro, é que o novo contrato será assinado diretamente com a Prefeitura do Natal - tal como era até 2004. No entanto, o Estado continuará repassando 60% do valor dos contratos, como contrapartida pelos pacientes que a capital recebe de outros municípios. O TAC condiciona, ainda, que nenhum dos médicos contratados



Yara Pinheiro foi uma das promotoras que elaboraram o TAC

pelas cooperativas sejam servidores do município, para evitar a dupla remuneração. Nesse sentido, pelo menos 14 anestesiológicos devem "ficar de fora". Outras medidas são a realização de concurso nacional para preenchimento efetivo das vagas, e implantação de um ponto eletrônico.

"No geral, as condições são razoáveis, mas algumas precisam ser questionadas do ponto de vista orçamentário", ponderou o procurador-geral do município, Bruno Macedo. Nesse sentido, ele citou a proposta do Ministério Público de que a Prefeitura arrende um hospital privado para realização de cirurgias eletivas. "No entanto, é preciso ver o custo disso. A prefeitura já indicou que quer investir na construir um hospital próprio, mas isso não seria possível em seis meses", alertou Bruno Macedo.

O MP exigiu, ainda, que o hospital Deoclécio Marques seja referência em ortopedia, so-

mo forma de "desafogar" o Hospital Walfredo Grugel. Além disso, determinou o encaminhamento de anestesiológicos servidores do Estado para realizar cirurgias no Hospital Varela Santiago. A determinação será feita via decreto, já que a Sesap anteriormente teria encontrado dificuldades de encaminhar os profissionais.

Diante de todas as condições aceitas pelo poder público mediante o TAC, os novos contratos seriam firmados com a Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas do RN (Coopanest), Cooperativa de Cirurgiões Pediátricos (CIPEN) e com a Cooperativa dos Médicos do RN (Coopmed). Em nota divulgada à imprensa, a assessoria da Prefeitura Municipal de Natal, destacou que a renovação temporária dos contratos com as cooperativas, já havia sido proposta pela prefeita Micarla de Souza (PV), há 16 dias, em reunião com a governadora Wilma de Faria.



Bruno Macedo afirma que município ainda fará questionamentos

Dos chamados só oitenta e seis se apresentaram

Há oito dias do fim do prazo estabelecido para os convocados em caráter emergencial pela Secretaria Estadual de Saúde, apenas 86, dos 131 médicos convocados, se apresentaram. Desses, nove não assumiram. "Algumas vagas podem não ser preenchidas já que, em determinadas especialidades, sequer têm aprovados na lista de reserva", alertou o sub-coordenador de gestão de trabalho, do Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de saúde (CEFOPE), Elizeu Pinto de Andrade.

Até a tarde de ontem, havia se apresentado 16 anestesistas (dos 31 convocados), 13 ortopedistas (17), 18 pediatras (23), 29 cirurgiões gerais (39), 8 intensivistas adulto

(18), 2 intensivistas infantil (3). Enquanto os novos médicos não chegam, e não aparecem outras medidas efetivas para solucionar a crise, as filas de espera por cirurgias eletivas não param de crescer. Só na Unidade de Gerenciamento do Vagas e Leitões (UVG), do Hospital Walfredo Gurgel, já são 326 pacientes à espera de um procedimento na área de traumatologia-ortopedia.

Segundo informações do CEFOPE, dos recém-convocados, o HWG recebeu 15 cirurgiões gerais, 4 anestesiológicos, 4 ortopedistas e 3 intensivistas adultos. Já o Hospital Deoclécio Marques, em Paranaimirim, está com 4 novos intensivistas adultos, 11 cirurgiões gerais e 6 anestesiológicos. Para o Santa Catarina, foram encaminhados 2 anestesiológicos e 1 intensivista adulto. Todos os pediatras e intensivistas infantis estão prestando atendimento no Hospital Maria Alice.

Reunião discute fortalecimento da rede pública

As medidas para contornar a crise na rede pública hospitalar em Natal são importantes para amenizar o sofrimento da população, e desfazer o impasse diante das soluções. No entanto, para que o problema não continue se repetindo, é preciso ações de fortalecimento do Sistema Único de Saúde. É esse objetivo que gestores do Rio Grande do Norte, e de Natal, se encontram hoje em Brasília com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Participam da reunião a Governadora Wilma de Faria, a prefeita Micarla de Souza, o secretário-adjunto estadual de Saúde, Ronaldo Machado, e o secretário municipal de saúde, Levi Jales. De acordo com a assessoria da SMS, o encontro será um "balanço" da visita dos técnicos do Ministério da Saúde. "O Ministério vai apresentar um relatório da situação. Assim, o Governo e Município apontam suas necessidades mais urgentes, de modo que agrade às duas esferas públicas", esclareceu a assessoria de comunicação.

A prefeita de Natal Micarla de Souza viajou na terça-feira. Ontem, foi ao Rio de Janeiro conhecer a experiência das estruturas das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) da capital carioca. A prefeita retornou ainda ontem a Brasília onde recebeu o procurador-geral do município, Bruno Macedo.

[**CAPIM MACIÓ**] Ontem foi realizada uma reunião com representantes

[CRISE NO SUS] A Sesap já sinalizou que aceita as novas regras para renovação dos contratos. A prefeitura vai dar uma resposta hoje. As cooperativas médicas ainda esperam ser contactadas

MP fixa limites para o novo contrato com as cooperativas

A contratação temporária de cooperativas médicas pelo poder público - como solução para a crise no atendimento pelos hospitais públicos de Natal - foi autorizada pelo Ministério Público mediante algumas condições. Além do contrato ser firmado

com a Prefeitura do Natal (como era até 2004) e por seis meses, podendo ser renovado por mais seis, o MP condiciona ainda que nenhum dos médicos contratados pelas cooperativas seja servidor do município, para evitar a dupla

remuneração. Nesse sentido, pelo menos 14 anestesiólogistas devem "ficar de fora". Outras medidas são a realização de concurso nacional para preencher as vagas e implantação do ponto eletrônico para médicos nos hospitais. **[NATAL 7]**

ECONOMIA

Imobiliárias locais fecham escritórios em Ponta Negra

A redução dos investimentos estrangeiros em Natal fez com que muitas imobiliárias fechassem os escritórios em Ponta Negra, segundo o Creci/RN. Na Europa, a Organização Mundial do Trabalho prevê que o desemprego atingirá 51 milhões de pessoas. **[ECONOMIA 1 E 3]**

SENADO

Senado aprova...

EMANUEL AMARAL

MP ajuíza ação contra 14 anestesistas

VINICIUS MENNA
DA EQUIPE DO DIÁRIO DE NATAL

Os Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público ajuizaram uma Ação de Improbidade Administrativa contra 14 médicos anestesistas que não cumpriram a determinação constante nas Portarias nº 81/GS e nº 111/GS, da Secretaria Estadual de Saúde, para atender usuários do SUS nos hospitais privados credenciados durante a crise da saúde em 2004. De acordo com o Ministério Público, os 14 médicos demandados foram orientados pela Cooperativa dos Anestesiologistas do Rio Grande do Norte (Cooanest), à qual são filiados, a não realizarem o atendimento do Sistema Único

de Saúde nos hospitais privados, salvo mediante a contratação da cooperativa pelo Município do Natal.

Com isso, diz o MP, as escalas de plantão determinadas pelo então Secretário Estadual de Saúde Pública, Ivis Bezerra, não foram cumpridas. Segundo os Promotores de Justiça Alfonso de Ligório Bezerra Júnior, Jann Polacek Melo Cardoso e Keiviany Silva de Sena, os médicos "não compareceram aos seus plantões e também não justificaram suas ausências, tudo porque a cooperativa (Cooanest) a qual eles eram associados, queria provocar um total caos no sistema de saúde pública do Estado para que seu contrato com o Poder Público fosse renovado".

Foram citados na ação os médicos anestesistas Ana Catarina da Nóbrega Simões, Ana Paula da Fonseca

Braz Fernandes, Andrea Karla Pinto Lucena Bezerra, Arnaldo Pinheiro Filho, Débora Cristina Costa Dias Cavalcante, Eliane Maria dos Santos Pinheiro, Francisco José Lucena Bezerra,IVALDO ALVES DE SOUZA, JOAFRAN ALEXANDRE COSTA DE MEDEIROS, JORGE DE PAULA LOPES, LUIZ ROMERO MARINHO, MARIA HELENA DE FARIAS ARAÚJO, RICARDO BARBOSA VIANA e THIAGO DUARTE BARROS.

O Ministério Público entende que a conduta por parte dos médicos servidores públicos do Estado feriu os deveres funcionais do cargo, violando os princípios da moralidade administrativa, legalidade e do dever de lealdade com o ente público ao qual servem ou deveriam servir.

Diante disso, o Ministério Público

pede a condenação dos médicos anestesistas, de acordo com as sanções previstas no art. 12, inciso III da Lei nº 8.429/92, que determina "ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos".

Em relação à atual crise da saúde, o Ministério Público distribuiu procedimento para apurar a violação dos mesmos deveres, por parte dos servidores públicos envolvidos.

Ana Amaral/DN



Presidente do Sindmed/RN, Geraldo Ferreira, ajuíza ação contra Sesap

"É arrancar do sepulcro um cadáver"

Para o presidente do Sindicato dos Médicos do RN, Geraldo Ferreira Filho, a ação do Ministério Público contra os 14 médicos é "arrancar do sepulcro um cadáver que já havia sido enterrado" e que o MP estaria buscando uma forma de "retaliação". "Estou sentindo um certo revanchismo", comentou.

A ação diz que os médicos teriam se recusado a cumprir portaria da Se-

cretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), editada em recomendação do MP, para que trabalhassem na rede privada, que havia sido contratada em 2004 para realizar cirurgias pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Geraldo Ferreira argumentou que todos os anestesistas cumpriram a portaria. Segundo ele, se não o fizessem, isso teria que ser comprovado.

"Temos certeza que eles compareceram. Se não compareceram, foi por não terem sido citados ou ainda porque tinham habeas corpus preventivo que permitia não que eles não comparecessem nesses locais", afirmou.

De acordo com o presidente do Sindicato, o principal sobre a questão é que com o término da crise, em 2004, houve um acordo entre as instituições

médicas, Sesap e MP. "Eu era presidente da Associação Médica. Naquela época atuei como mediador entre as entidades, Secretaria e Ministério Público. Como ninguém ganhou e ninguém perdeu na Justiça, ao final, surgiu o bom senso. Um acordo foi feito nessa época e ficou tratado que todos retirariam as ações. O ressurgimento dessa ação me surpreende", argumentou.

Médicos cobram volta do atendimento

O Sindicato dos Médicos do RN entra hoje com uma ação na justiça, pedindo o reestabelecimento do atendimento à população por parte da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap). De acordo com o presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira Filho, a intenção desta ação está ligada ao foco do movimento grevista, que teve seu início no ano passado. "A ação que nós temos que dar entrada é pedindo algo que contribua para solucionar o problema, sem visar que ganha e quem perde", afirmou.

Geraldo Ferreira admite que a atitude do Sindicato é de certa forma um recuo dos médicos nas discussões. "Reunidos com nosso advogado, pensamos em ações contra o Ministério Público e também contra o secretário, mas percebemos que o nosso foco não é esse. Os médicos e o MP estão brigando pelas mesmas coisas. Também queremos que o Estado aparelhe a sua rede, abasteca, contrate os recursos humanos e façam os hospitais funcionarem",

argumentou.

A divergência nos discursos dos médicos e do Ministério Público é, segundo o presidente do Sindicato, o complemento dos serviços do Sistema Único de Saúde por cooperativas.

"Não podemos obrigar o gestor público a contratar cooperativas, mas discordamos que haja ilegalidade nesse contrato. Defendemos que o gestor tenha as cooperativas como uma alternativa. Nós achamos que enquanto o poder público não tiver serviços próprios no SUS deve-se recorrer às instituições privadas. O preço precisa ser atendido. Qualquer alternativa é importante, viável e necessária", disse.

De acordo com Geraldo Ferreira, a lei prevê a complementação do serviço via cooperativa. "Está na resposta da ministra do Supremo Tribunal Federal, Ellen Grace. Se pedia a ilegalidade dos contratos na Paraíba e ela decidiu que o fornecimento de serviços complementares por cooperativas não é ilegal", comentou.

Cremern tenta negociar com Governo

"Está faltando união entre Estado e Município". Essa é a opinião do presidente do Conselho Regional de Medicina, Luiz Eduardo Marinho com relação as dificuldades de negociação para por fim a crise na saúde. Na última segunda-feira, ele esteve reunido com a governadora Wilma de Faria - que segundo ele está preocupada com os rumos que a crise vem tomando - mas observou um impasse jurídico que adia cada vez mais o fim dessa situação. Estavam presentes também na reunião o secretário estadual de saúde, George Antunes e o procurador geral do estado adjunto, Luiz Antônio Marinho da Silva.

O médico diz que o grande entrave é a questão jurídica e defende que o Estado entre com uma ação, solicitando uma autorização para as contratações e dê um prazo, até que as exigências do Ministério Público possam ser atendidas.

"O MP tem que ser um facilitador dessa situação. Eu sugeri que os procuradores utilizassem da jurisprudência que concedeu a renovação dos contratos com os hospitais da UFRN, e com esse instrumento facilitem essas negociações. A população não pode mais sofrer com isso", disse.

O presidente do Cremern decla-

Frankie Marcone/DN



Governadora Wilma Maria de Faria

rou que o resultado da reunião o deixou apreensivo, tendo em vista que as negociações não avançaram. "Os secretários de saúde, tanto do Estado quanto do Município não chegam a um acordo. Está havendo um impasse entre os dois. O Estado diz que algumas situações são de competência do Município e quer que a prefeitura assuma a responsabilidade", afirmou.

**TUDO BEM SE O SEU FILHO PEDISSE PRA VOCÊ
SER O TÉCNICO DO TIME DELE.
MAS, SE O TÉCNICO ADVERSÁRIO
FOSSE O SEU PAI?**

PAPAI BATE UM BOLÃO

Com Will Ferrell e Robert Duvall

Você vai morrer de rir com as palhaçadas desse duelo inesperado. Lances espetaculares, jogadas mirabolantes e muita diversão.

Nesta quarta, em Super Tela, às 22h15*

RECORD TV TROPICAL

TV DE PRIMEIRA

*Hora local



Geraldo Ferreira (Simed) considerou que o fim da crise está próximo. "Médicos sempre estiveram abertos ao diálogo"



Bruno Macedo: MP ainda colocará suas pré-condições antes da renovação do contrato, que deverá ser temporário

Contratos com cooperativas médicas serão renovados, avisa procurador do município

MINISTÉRIO PÚBLICO ACEITA A PROPOSTA DE GOVERNO REPASSAR 60% DO VALOR DO CONTRATO ATUAL À PREFEITURA

De acordo com o procurador do Município Bruno Macedo, a proposta de renovação dos contratos com as cooperativas de forma temporária, deverá ser aceita. A sugestão do Governo do Estado de repassar 60% do valor do atual contrato para que o Município faça a renovação foi, à primeira vista, aceita pelo Ministério Público. No início da tarde, uma reunião entre a

promotora e representantes dos gestores municipais e federais seria realizada para definir os detalhes do acordo. Bruno Macedo revelou que o MP ainda colocará suas pré-condições para que os contratos sejam renovados. Entre elas estão o caráter temporário do contrato e o compromisso do poder público de reestruturar a Saúde num prazo a ser determinado. A proposta levou pelo município foi de um prazo de um ano.

"É o tempo necessário para que o Município possa investir no setor. O prazo tem de ser fixado a partir de dados técnicos e não só dados políticos", afirmou Bruno. O presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte, Geraldo Ferreira, disse que a resolução do caso está próxima e que o acordo é bem provável. Geraldo manteve contato com o secretário de Saúde, Levi Jales, e aconselhou o gestor a não "chegar com uma proposta pronta". "Os médicos sempre estiveram abertos ao diálogo e nunca foram contra os investimentos na Saúde pública. Muito pelo contrário, fizemos uma greve de mais de três meses exigindo melhorias nos hospitais e sugerindo a construção de outros", diz Geraldo.

Embora as expectativas sejam positivas, o presidente do Sindicato duvida que o acordo saia ainda hoje. "É mais provável que a renovação só saia amanhã com a volta do secreta-

rio Levi Jales e da prefeita Mícarla de Sousa", diz Geraldo. O prazo proposto pelo município, de um ano, foi considerado razoável pelo presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira. "Deve ser por aí. O Município terá tempo suficiente para estruturar alguns setores, para que o setor privado possa ser realmente apenas complementar ao SUS", analisa. Embora o acordo esteja sendo considerado próximo, a Cooperativa dos Anestesiologistas ainda não foi

> FEDERAÇÃO DOS MÉDICOS

"Crise na Saúde ocorre por negligência das três esferas de poder"

A visita do Ministério da Saúde (MS) ao Rio Grande do Norte, que enviou uma equipe-tarefa recentemente ao Estado, para auxiliar a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) e as municipais a reordenar a rede pública - foi considerada, pelo presidente da seccional norte-nordeste da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Edson Gutemberg, como um reconhecimento tardio da responsabilidade da instância federal no Sistema Único de Saúde (SUS). A realidade de um SUS sem recursos financeiros e humanos, não só no RN, como em todo o Brasil, é reflexo da falta de gestão das três esferas de poder - municipal, estadual e federal -, mas principalmente das prefeituras. "A responsabilidade maior é do município, porque as prefeituras tem gestão plena, e não deram as respostas necessárias, seja por falta de dinheiro ou por incompetência de gestão. Isso acontece não só em Natal, mas no interior também, onde os prefeitos acham que comprar uma ambulância para mandar o paciente para a capital é investir na Saúde", argumenta. As prefeituras são responsáveis por oferecer às pessoas a assistência básica, voltada especialmente para a prevenção de doenças. Com um trabalho efetivo nessa



Em reunião com o ministro Tempório e o senador Garibaldi Filho, a prefeita conseguiu apoio para a construção de UPAs



Edson Gutemberg: foi um reconhecimento tardio da responsabilidade federal

área, é possível evitar a evolução de quadros mais graves nos pacientes, os quais necessitam de procedimentos de alta complexidade - distribuição estadual. A omissão do MS ao longo de todos estes anos, foi outra colocação do presidente da Fenam. "Palmas, como a Argentina, por exemplo, investem US\$ 300 por pessoa ao ano em Saúde, enquanto que o nosso investe apenas US\$ 150", compara. Na questão dos recursos

humanos, a falta de um salário digno aos profissionais e de qualificação também contribuem para prejudicar o sistema que realiza a assistência em Saúde a cerca de 90% da população potiguar. A expectativa é que o trabalho da equipe-tarefa seja o início de uma solução definitiva para a saúde pública no RN. Buscando este intermédio com o MS para Natal, que também se encontra em estado de calamidade na Saúde, a prefeita de Natal, Mi-

carla de Sousa, viajou na manhã desta quarta-feira para o Rio de Janeiro, com o objetivo de conhecer o funcionamento das estruturas do Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) daquela cidade. A sugestão partiu do ministro José Gomes Tempório, que garantiu o onem, em audiência com Mícarla, em Brasília, apoio para a construção de quatro UPAs na capital do Rio Grande do Norte. Na capital, entretanto, o ministro Tempório disse que uma UPA montada e equipada no curto

espaço de tempo de 20 dias. A intenção é fazer o know how para Natal, atendendo a solicitação do próprio ministro da Saúde, que receberá Mícarla de Sousa novamente em audiência na próxima quinta-feira, em Brasília, às 10 horas - ocasião em que deverá estar presente também a governadora Wilma de Faria. José Gomes Tempório se mostrou bastante receptivo em ajudar a solucionar a crise no RN, segundo a assessoria de imprensa da Pre-

> PSIQUIATRIA

Médicos pedem interdição da enfermaria do João Machado

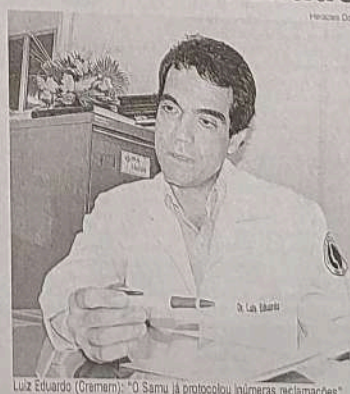
A desestruturação na saúde pública do Governo do Estado está prestes a chegar oficialmente ao setor da saúde mental. Uma reunião entre o Conselho Regional de Medicina (Cremem), a direção do João Machado e o corpo clínico do Hospital será realizada hoje à noite para discutir a situação da saúde mental de referência para a saúde mental do RN. Na ocasião, o corpo clínico do João Machado pedirá a interdição da enfermaria do Hospital. De acordo com o médico psiquiatra, Jair Farias, o principal motivo para o pedido é a total falta de estrutura do João Machado para receber os pacientes. O Conselho Regional de Medicina confirma que fiscalizações atestaram uma série de problemas. "Não há médicos para preencher as escalas de plantões, nem vagas para receber toda a demanda", diz Jair Farias. Luiz Eduardo Barbalho, presidente do Cre-



Especialistas tverem que problemas físicos e estruturais sejam resolvidos

mem, contou a O Jornal de Hoje que o Samu já protocolou inúmeras reclamações sobre o João Machado. "A emergência vai até o hospital e o João Machado não recebe os pacientes", conta Luiz Eduardo. A situação dos pacientes é um dos principais motivos alegados pelo corpo clínico do João Machado. Após o primeiro atendimento no paciente, caso seja necessário uma internação, o doente e o acompanhante precisam dormir na enfermaria por três ou quatro dias

até que a vaga apareça, de acordo com Jair Farias. "Não é nem uma questão salarial, mas uma questão de responsabilidade. Caso aconteça alguma tragédia, os médicos serão novamente responsabilizados, como no caso de Evandro. Quem responde é o médico e não o Governo do Estado", diz Jair. Evandro Silva matou seus dois filhos e tocou fogo na casa após ser liberado do João Machado, ano passado. O que os médicos que atendem no João Machado pedem é a total resolução dos problemas físicos e estruturais, como também a contratação imediata de seus novos profissionais. A reunião de hoje à noite servirá para discutir justamente essas questões. A direção do João Machado não foi encontrada para responder aos questionamentos do corpo clínico.



Luiz Eduardo (Cremem): "O Samu já protocolou inúmeras reclamações"

Anestesistas processados pelo MP por improbidade

PROMOTORES DO PATRIMÔNIO PÚBLICO AJUIZAM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONTRA 14 ANESTESISTAS QUE NÃO ATENDERAM USUÁRIOS DO SUS NA REDE PRIVADA AINDA NA CRISE DE 2004

CIDADES, 2

Anestesistas são acusados de improbidade administrativa

Enquanto a solução administrativa não chega, a disputa na justiça chega perto do seu desfecho. O prazo para que os hospitais conveniados com o Município se pronunciem acerca da não-realização das cirurgias termina nessa quinta-feira, de acordo com o prazo estabelecido pela Justiça após a antecipação de tutela do Ministério Público. Ao mesmo tempo, as entidades médicas ingressam hoje com ação para res-

tabelecer o atendimento.

Após uma reunião com o ex-ministro José Delgado, que irá representar as entidades na Justiça, os representantes da categoria resolveram retroceder na intenção de processar os integrantes do Ministério Público e o Secretário de Saúde. De acordo com Geraldo Ferreira, o momento é de tentar o entendimento, ao invés de sair para o confronto. "Não queremos desviar o foco do que real-

mente importa, que é a volta do atendimento à população e o reconhecimento da legalidade dos contratos", diz Geraldo Ferreira. A ação cautelar das entidades médicas deve ser julgada em até 48 horas.

Já com relação ao processo do Ministério Público, a intenção é responsabilizar os hospitais pelo atendimento ao público, de acordo com o que está colocado nos contratos de convênio.

BRIGA ANTIGA

A suposta não-apresentação de anestesistas aos hospitais na última grande crise entre Governo e entidades médicas, coincidentemente, está sendo resgatada agora pela Promotoria do Patrimônio Público, num processo de improbidade administrativa contra 14 médicos. A Promotoria alega que os servidores estaduais não atenderam às solicitações de duas portarias do então secretário de Saúde do RN

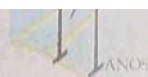
Ivis Bezerra, em 2004.

A Promotoria ainda acusa a Cooperativa dos Anestesistas de ter orientado os seus filiados a não atender aos pacientes conveniados pelo Sistema Único de Saúde. As escalas ficaram vazias por conta desta orientação, ainda de acordo com a ação dos promotores Afonso de Ligório Bezerra Júnior, Jann Polacek Melo Cardoso e Keiviany Silva de Sena.

Entre outras coisas, a ação de-

termina "ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos".

> MÉDICOS VENCEM A PARADA



Contratos com cooperativas terão renovação temporária

SEGUNDO O PROCURADOR DO MUNICÍPIO, O MP AINDA COLOCARÁ ALGUMAS CONDIÇÕES

O procurador-geral da Prefeitura de Natal, Bruno Macedo, diz que a sugestão do governo do Estado -- repassar 60% do valor do atual contrato para que o Município faça a renovação -- foi acatada pelo Ministério

Público. Mas Macedo explicou que o MP ainda colocará pré-condições para que os contratos sejam renovados, entre elas a de que tenham caráter temporário, e o compromisso do poder público de reestruturar o sis-

tema de Saúde no prazo pré-determinado de um ano. Embora as expectativas sejam positivas, o presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira, duvida que o acordo saia ainda hoje.

CIDADE 5

> CRISE NA SAÚDE

Micarla de Sousa pode anunciar contratação temporária com as cooperativas médicas ainda hoje

ISAAC LIRA

REPORTER

A prefeita de Natal, Micarla de Sousa, pode anunciar ainda hoje a contratação emergencial das cooperativas médicas para solucionar o caos que se instalou na saúde desde o fim do ano passado. O procurador geral do Município, Bruno Macedo, irá apresentar as condições do Ministério Público para que o contrato seja celebrado durante a viagem de volta da prefeita, de Brasília para Natal. A proposta de renovação dos contratos foi encampada pela própria prefeita há cerca de 15 dias e só agora foi aceita pelo MP.

De acordo com o secretário de Comunicação, Jean Valério, a prefeita Micarla está disposta a prosseguir com a contratação, mas preci-

sa ainda analisar as cláusulas do termo de ajustamento de conduta. Na manhã de hoje, Micarla se reuniu com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e com a governadora Wilma de Faria. A reunião contou também com o secretário municipal de Saúde, Levi Jales, e com o procurador Bruno Macedo.

Durante o encontro, José Gomes Temporão concordou que a saída emergencial encontrada pela administração municipal foi a mais correta. O motivo apresentado por Micarla foi a preservação da vida dos pacientes. "Volto a dizer que a prioridade é defender a vida e evitar que a população continue sofrendo", diz Micarla de Sousa. O encontro foi considerado pela prefeita muito positivo.

José Gomes Temporão garan-

tiu mais uma vez que as quatro unidades de pronto-atendimento estarão disponíveis em no máximo seis meses, ou até em menos tempo. A criação das unidades foi negociada entre Micarla e o ministro na reunião de ontem. Outro ponto abordado no encontro foi a demanda de outras cidades do Rio Grande do Norte que Natal acaba recebendo.

Existe um cálculo que o Ministério faz de gastos por saúde per capita. Esse cálculo em Natal chega a R\$ 140, contudo o Município acaba gastando bem mais do que isso, por conta do excesso de atendimentos, enquanto outras cidades dos arredores não gastam nem a metade das suas cotas. O ministro Temporão se comprometeu a rever a divisão para que se atinja um patamar mais justo.

Ney Douglas



Proposta de renovação foi sugerida pela prefeita de Natal há cerca de 15 dias. Micarla volta de Brasília nesta quinta-feira

Ministério Público impõe condições para renovação com as cooperativas

Uma reunião na tarde de ontem deu o primeiro passo para que a disputa que envolve os médicos, os gestores estadual e municipal e o Ministério Público chegue ao fim. O MP aceitou a renovação dos contratos, caso a Prefeitura assine um termo de ajustamento de conduta cuja minuta, uma espécie de esboço ou adiantamento, foi apresentada ao procurador geral do Município, Bruno Macedo.

O procurador levará, ainda hoje, as linhas gerais do termo de ajustamento de conduta a Brasília, para que a prefeita Micarla de Sousa possa analisar as condições propostas pelo MP. No geral, a proposta é a mesma adiantada pelo JH PRIMEIRA EDIÇÃO, no início da semana, de um repasse de 60% do valor do antigo contrato para o Município por parte do Estado e a liberação dos convênios dessa vez com a Prefeitura. Afora isso, será fixado um prazo máximo e alguns investimentos na saúde pública.

Uma das principais questões da continuação do convênio com as cooperativas dos anestesistas e dos médicos era o prazo limite para que a "dependência" do setor privado fosse encerrada. Esse prazo está fixado em 180 dias, com possibilidade de renovação por mais 180 dias. Em outras palavras, o ajustamento proposto pelo MP dá um ano de prazo para que os



Heracles Dantas

Procurador Bruno Macedo lembra: acordo ainda precisa de análise jurídica, política e administrativa

gestores consigam estruturar o setor sem a dependência das cooperativas. O procurador Bruno Macedo já havia adiantado que esse era o mesmo prazo pensado pela Prefeitura.

Um ponto que ainda será analisado pela administração municipal é a exigência de arrendamento de um hospital para cirurgias eletivas em até seis meses. De acordo com Bruno Macedo, esse é um ponto que ainda merece estudo da Prefeitura. "O

acordo é razoável, mas ainda precisa de análise jurídica, política e administrativa", diz Bruno. As linhas gerais do termo ainda contêm a realização de um concurso nacional para servidores da saúde, de todas as áreas, e a instalação de um ponto eletrônico nas unidades hospitalares.

O MP continua a reprovar as atuais relações do setor privado com o setor público de saúde e só concordou com a renovação em "caráter excepcional", como bem

diz a nota que a Assessoria de Imprensa do Ministério Público fez circular. O prazo para que os gestores analisem o TAC é de 48 horas. Apenas após a aceitação do Termo pela administração municipal é que os representantes das cooperativas serão chamados para o diálogo.

FILA DA ORTOPEDIA CHEGA A 420 PACIENTES

As portas de um acordo que minimize o sofrimento da popu-

lação que necessita do atendimento público de saúde, o caos instalado nos hospitais da capital tem chegado a níveis insuportáveis. No Walfredo Gurgel, por exemplo, a fila dos pacientes que esperam cirurgias ortopédicas chegou hoje, de acordo com o ortopedista Ricardo Nobre, a 420 pacientes. Ricardo obteve o número no setor de processamento de dados do Walfredo.

Nem todos esses doentes encontram-se no Walfredo. Apenas os casos mais graves, como o de Marlene Teixeira, de 83 anos, que há mais de 15 dias espera por uma cirurgia no fêmur. De acordo com Ricardo Nobre, o risco de que esse tipo de paciente, com idade superior a 65 anos, morra é de 60%, caso a cirurgia não seja realizada.

Outro caso complicado, de acordo com o presidente do Conselho Regional de Medicina, Luiz Eduardo Barbalho, é o da Liga Contra o Câncer, onde todas as cirurgias estão paralisadas. "Esse tipo de cirurgia, assim como as operações em crianças, devem ser feitas o mais rápido possível. O tempo que se demora é a chance de vencer a batalha, que o paciente perde", alerta.

Mesmo após a volta dos atendimentos, será necessário pelo menos um mês, na avaliação de Luiz Eduardo e do neurocirurgião Luciano Araújo, para que a situação seja normalizada.

CRISE NA SAÚDE | Demandas judiciais pedindo medicamentos, cirurgias e próteses de alto custo aumentam no Rio Grande do Norte em consequência do caos na rede pública de saúde e da crise econômica que dificulta o acesso aos planos de saúde.

Dobram pedidos judiciais por auxílio

Nos últimos três anos, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte registrou um aumento de aproximadamente 100% na demanda de ações judiciais pedindo medicamentos, cirurgias e próteses de alto custo ao poder público. A constatação é do juiz titular da 4ª Vara da Fazenda Pública, Cicero Martins, que explica ser difícil quantificar um número exato de pessoas que recorreram à Justiça, uma vez que eles são distribuídos entre as diferentes Varas Cíveis.

"Há meses em que recebo 20 processos e outros que recebo até 50, depende muito, mas todos são casos de alta gravidade e a decisão deve ser tomada imediatamente, como pacientes com câncer em fase avançada ou terminal, cirurgias cardíacas para marcapasso e outros", declara. Ele cita casos em que mesmo tendo exigido imediatamente uma liminar de tutela antecipada, para casos de urgência, o remédio não chegou em tempo hábil e o paciente morreu antes de recebê-lo.

"Já aconteceu de o remédio ser importado, que leva alguns dias para chegar, o paciente não ter aguentado e a família tentar de tudo para resolver o medicamento. Deu falar de uma família vendeu os medicamentos, que são geralmente bastante caros, mas não posso afirmar se é verídico. Os valores dos medicamentos variam, mas ele destaca um pedido de ampolas que custavam, ao todo, R\$42 mil.

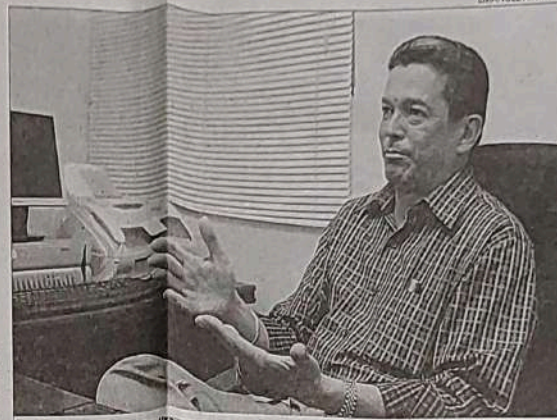
Os pedidos de cirurgia e próteses também são bastante complexos, onde há inclusive pedidos de prioridade de um determinado paciente que está na fila de espera de transplantes. "Mesmo acatando a solicitação, já ocorreu de não ha-

ver o órgão disponível, como aconteceu em dezembro com uma menina que precisava de córneas urgente porque estava perdendo a visão", comenta.

A crescente demanda é observada também em nível nacional. Segundo o juiz, e os pedidos são baseados no Artigo nº 196 da Constituição Federal, que garante o direito à saúde a todo cidadão brasileiro, e que é dever do Estado garanti-la. "As pessoas estão mais informadas sobre seus direitos, e os veículos de comunicação têm contribuído para isso, daí o crescimento no número de processos. Mesmo recorrendo para derrubar a liminar, o poder público perde".

Sobre a veracidade dos pedidos, ele acredita que não há má fé por parte dos requerentes. "Os processos contêm laudos e documentos que comprovam a urgência de conseguir a liminar, e o próprio estado do paciente que me procura". O juiz se diz preocupado com a situação atual, porque mostra que a Saúde Pública não está atendendo como deveria a população, o que pode ocasionar o desvio de recursos da saúde de um fim específico para outro.

"Tenho percebido que os pedidos vêm inclusive de pessoas de classe média - a maioria da capital - que não têm mais condições de pagar um plano de saúde. Para um idoso, um plano pode ultrapassar R\$1 mil por mês, é um valor alto a pagar". Cicero Martins acrescenta que em reuniões com o secretário de Saúde do Estado, chegou a sugerir que o órgão realizasse um levantamento do número de processos. "Isso facilitaria planejar o uso dos recursos, que são limitados e distribuídos para diferentes áreas da saúde".



O juiz Cicero Martins acredita que população está mais informada e indo em busca de seus direitos

Escala será enviada até amanhã

O Ministério Público deve receber até amanhã a escala de trabalho completa de todos os anestesiológicos da rede estadual de saúde, o que vai subsidiar uma fiscalização sobre o efetivo cumprimento desses horários de trabalho. No entendimento do presidente do Sindicato dos Médicos do RN (Sindmed), Geraldo Ferreira, a medida é desnecessária já que "evidentemente, todos os médicos cumprem sua carga horária", assegurou. Geraldo Ferreira criticou ainda a disposição do Ministério Público de exercer esse tipo de fiscalização diante de tantos outros problemas que seriam mais importantes. "Eu penso que o eles tinham outras

coisas para fazer, mas se tem tempo todo bem, podem fiscalizar", ironizou.

De acordo com a promotora de Defesa do Idoso, Ladya Gama Maia - que está participando da discussão junto às promotoras de Saúde -, o ofício encaminhado a Secretaria Estadual de Saúde solicita, além além da escala de trabalho dos médicos, informações detalhadas sobre todas as cirurgias eletivas não realizadas.

"As auditorias devem apontar os nomes dos pacientes, do hospital onde ele está internado e o motivo pelo qual a cirurgia não foi feita. Inclusive se for porque o médico não compareceu", explicou a promotora. Ainda se-

gundo ladya Gama Maia, o Ministério Público já dispõe de uma lista com o nome de quase 90 anestesiológicos, sendo que 50 deles são, ao mesmo tempo, funcionários do estado e integrantes de cooperativa.

O presidente da Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas (Coopanest), Madson Vidal, afirmou que dos hospitais da rede estadual, a cooperativa prestou serviço apenas para o Maria Alice Fernandes e Deoclécio Marques. E que nos dois casos as escalas foram "rigorosamente cumpridas". Os outros 13 hospitais contratados pela Coopanest, eram da rede privada que prestam atendimento pelo SUS.

Atendimento será normalizado em 30 dias

Os hospitais da rede estadual de saúde devem normalizar o atendimento dentro de pelo menos 30 dias. A afirmação é do secretário Estadual de Saúde, George Antunes, com base nas medidas de "reestruturação" do atendimento que tem sido realizado com apoio dos técnicos do Ministério da Saúde. "Vamos definir a missão de cada hospital e reestruturar o contingente de recursos humanos (incluindo os recém-chamados) para tornar o sistema mais efetivo de modo a dar resposta em um curto prazo", assegurou.

Dentre as medidas já citadas pelo secretário, está a reestruturação prioritária do Hospital Walfredo Gurgel e do Deoclécio Marques, em Pamamirim, de modo a abrir mais leitos para cirurgias ortopédicas. Além disso, adiantou que alguns profissionais das forças armadas serão encaminhados para um dos hospitais da rede privada. "Estamos discutindo qual tem melhor estrutura do ponto de vista de cirurgias", explicou George Antunes. Outra possibilidade é que a Secretaria Municipal de Saúde ceda oito anestesiológicos para a rede estadual.

"As reuniões representam o encontro de todos os responsáveis pelo sistema para discutir, e efetivamente colocar em prática, uma ação concisa para melhorar todo o sistema único de saúde", disse George Antunes. Amanhã, a "pauta" da reunião será a avaliação da atuação dos municípios do Rio Grande do Norte. "Vamos saber onde estão os recursos financeiros, que serviço ficou combinado para cada esfera governamental, conforme foi firmado desde 2002", adiantou George Antunes. O secretário aproveitou para chamar os municípios à responsabilidade já que "o problema vem de uma estrutura deficiente, que tem criado uma série de dependências ao longo dos anos", avaliou.

MÉDICOS

Até o final da tarde de ontem, 15 dos 31 anestesiológicos convocados para contratação emergencial pelo Governo haviam se apresentado. Os novos profissionais estão sendo lotados nos hospitais Deoclécio Marques, Walfredo Gurgel e Santa Catarina. Além disso, a rede estadual de saúde conta também com 25 novos cirurgiões gerais (dos 39 nomeados), 14 ortopedistas (17), 17 pediatras (23), sete intensivistas de adulto (18) e dois intensivistas infantis (05). No total, se apresentaram 80 dos 131 médicos convocados, o que corresponde a 61% dos profissionais.

Permanece impasse sobre contrato

As negociações em torno do "contrato global" - apontada como mais imediata solução para "crise" na rede pública hospitalar - ainda permanecem no impasse. O secretário Estadual de Saúde, George Antunes, afirmou que está aguardando os hospitais privados apresentarem uma planilha de custos - conforme teria sido solicitado em reunião na quarta-feira. Por outro lado, os hospitais dizem ainda estar esperando uma solicitação do Governo.

"Os Municípios e o Estado concordam em pagar um preço justo para que o hospital remunere os profissionais, mas é o hospital que tem que apresentar a tabela de custo. O

que a gente está fazendo é uma base de cálculo para julgar a proposta", explicou George Antunes. O secretário afirmou ainda que os hospitais chegaram a solicitar que a esfera pública intermediasse a negociação com os médicos ou cooperativas. No entanto, teria ficado claro que, a partir de agora, "essa é uma atribuição dos hospitais".

George Antunes afirmou, inclusive, que a forma de contratação dos hospitais privados e dos profissionais já deveria ser "integrada". "Esse é o procedimento que deveria ter sido adotado desde o início. Se o hospital é contratado, ele tem que ter mão de obra para realizar o

serviço", avaliou o secretário. Entretanto, o diretor do Hospital Infantil Varela Santiago, o médico Paulo Xavier, discordou quanto aos encaminhamentos citados pelo secretário estadual de saúde em relação ao "contrato global". Segundo o médico, os hospitais que estão esperando uma resposta do poder público. "O que ficou definido é que o próprio governo iria contactar as cooperativas. Inclusive, antes da reunião, cheguei a conversar com a cooperativa dos pediatras, mas eles não aceitaram a proposta por não ter nada oficializado. Estamos sem poder fazer nada", justificou Paulo Xavier.

CONCURSO

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte vai abrir processo seletivo simplificado para contratação de 25 anestesiológicos para atuarem nos quatro hospitais do complexo universitário. A expectativa é de que o edital seja publicado ainda hoje. Com isso a UFRN vai abrir mão do contrato com a Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas (Coopanest), que havia sido renovado no final do ano. "A universidade vai fazer um novo contrato emergencial com a Coopanest apenas para fevereiro e março, enquanto não chegam os novos profissionais", informou a assessoria de comunicação da UFRN. A decisão foi tomada em reunião na tarde de ontem, envolvendo a reitora em exercício e o procurador-geral da UFRN, Ângela Paiva e Giuseppe Costa, e o presidente da Coopanest, Madson Vidal. Os novos profissionais devem prestar serviços no Hospital Universitário Onofre Lopes (UOL), na Maternidade Januário Cicco, Hospital de Pediatria e Hospital Ana Bezerra, em Santa Cruz. Ainda ontem, o juiz federal Edilson Pereira Nobre Junior, da 4ª Vara Federal do RN, havia negado o pedido do Ministério Público Federal de que a UFRN suspendesse o contrato com a Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas (Coopanest). Por outro lado, desde o último dia 16, o juiz já havia autorizado a UFRN a realizar processo seletivo simplificado para contratar novos profissionais. Desse modo, manteve a escolha "nas mãos" da universidade - que optou pelo processo seletivo. Na decisão contrária ao Ministério Público, o juiz Edilson Pereira justificou que a suspensão dos contratos só seria possível caso já houvesse outra solução do Poder Público para "continuar, por execução direta, a prestação regular de tal serviço", conforme escrito na decisão. Além disso, o magistrado considerou "vagos" as denúncias de que a Coopanest estaria impedindo os cooperados de atuarem nos hospitais privados contratados emergencialmente para prestação de serviço pelo Sistema Único de Saúde, ou mesmo de assumirem cargos no último concurso público. O Ministério Público, por meio da assessoria de imprensa, não emitiu posicionamento em relação à decisão judicial, afirmando que "ainda não foi intimado oficialmente". A exemplo do que fez ao Governo, o MP vem tentando por fim na prestação de serviço pelas cooperativas também na UFRN. No entendimento do MP, a cooperativa tem feito a direção dos hospitais universitários de "teléfero", a cada novo renovação do contrato.

Clã de Teatro Argonautas Apresentam: **OS TRÊS PORQUINHOS**

Tony Silva ADAPTAÇÃO E DIREÇÃO PRODUÇÃO LOCAL RONALDO NEGRONTE

TEATRO ALBERTO MARANHÃO NESTE DOMINGO - 25/01 ÀS 17H

Desconto de 50%, a vista em até 2 (dois) ingressos inteiros individuais (adulto) por assinante, na apresentação da carteira do Clã de Teatro Argonautas (Assinante TN paga R\$ 8,00 por cada ingresso).

INGRESSOS SICILIANO 3222-4722

E SE VOCÊ CONTA S UMA HISTÓRIA... QUE NO DIA SEGUINTE VIRASSE REALIDADE?

ADAM SANDLER WALT DISNEY PICTURES

UM FAZ DE CONTA QUE ACONTECE

L LIVRE PARA TODOS OS PÚBLICOS Tema: Realizações

Disney.com.br/FazDeConta

HOJE NOS CINEMAS

JURÍDICO

Parecer aprova contratos com cooperativas

O ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), José Augusto Delgado, apresentou parecer em que defende a legalidade dos contratos do governo com as cooperativas médicas. O parecer, divulgado ontem em coletiva de imprensa na sede da Associação Médica do RN, foi solicitado pela própria Associação, em conjunto com o Sindicato dos Médicos do RN e cooperativas médicas.

Em 80 páginas, o ex-ministro José Delgado defende a legalidade dos contratos, no parecer que levou oito dias para ser elaborado. Delgado lembra que os contratos vêm sendo renovados há 12 anos e, nesse período, não houve contestação por parte do Ministério Público. "Qual razão leva a essa mudança, de uma hora para outra, sem que a lei tenha sido alterada?", questionou o ex-ministro. "Se os contratos eram irregulares, o Ministério Público tinha o dever de questionar. Mas a legalidade desses contratos é tão evidente que não há nenhuma ação do Ministério Público nesses 12 anos", ressaltou.

José Augusto Delgado destacou também que o serviço privado está previsto na legislação do SUS, segundo a qual "as instituições privadas podem participar de forma complementar do sistema único de saúde". Questionado se o atual modelo em funcionamento no Estado era de fato complementar, já que para algumas especialidades havia praticamente exclusividade de profissionais das cooperativas, o ex-ministro afirmou que é responsabilidade do governo garantir que a atuação das cooperativas seja de forma complementar.

O ex-ministro declarou ainda que o reconhecimento do estado de calamidade pública nos serviços de saúde do Estado e do Município exigem que os contratos sejam renovados imediatamente.

De posse do documento, as entidades médicas pretendem dar entrada em ações judiciais, com o objetivo de levar o Estado a reconstruir as cooperativas médicas. Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira, as ações questionarão possível

abuso de poder por parte do Ministério Público, a quebra do princípio de continuidade do serviço público e impropriedade administrativa do secretário estadual de saúde, George Antunes de Oliveira. O presidente do Sinmed não quis dar mais detalhes sobre as ações judiciais, mas declarou que "o secretário estadual é improprio porque não cumpre suas obrigações", referindo-se à não manutenção do sistema de saúde em funcionamento.

Também participaram do encontro o presidente da Associação Médica, Álvaro Barros, o presidente da Cooperativa dos Anestesiologistas, Madison Vidal, o presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira, entre outros representantes da classe médica.

ACUSAÇÕES

O encontro na Associação Médica foi marcado por discussões acaloradas, com declarações enusiasmadas contra o governo, Ministério Público e conselhos de saúde, responsabilizando-os pela crise. "Os gestores e membros dos conselhos de saúde, que deveriam proteger a sociedade e recomendar a suspensão dos contratos, na minha visão são desprovidos de moral pessoal e imprestáveis para uma ética coletiva de convivência", declarou Geraldo Ferreira.

O tom inflamado das palavras dos representantes das entidades médicas não poupou os gestores públicos. "Ninguém nos intimidou a defender o que é justo. Não importam as práticas nazistas e fascistas dos que pretendem atingir a classe médica", disse o presidente do Sinmed.

O presidente da Associação Médica, Álvaro Barros, defendeu a atuação das cooperativas médicas, em resposta à declaração da Governadora Vilma de Faria de que a saúde pública não melhorou no período em que vigoraram os contratos. "As cooperativas do Rio Grande do Norte deram dignidade ao sistema de saúde. O Estado é um dos poucos onde o pobre e o rico são atendidos no mesmo leito", declarou o presidente. "Há 10 anos, o poder público não faz nada pela saúde pública do Rio Grande do Norte", comparou.



Luís Barbalho (falando, no centro) ressalta más condições de unidades de saúde

MOROSIDADE

Diretor do CRM diz que crise era anunciada

A diretoria do Conselho Regional de Medicina está insatisfeita com a condução da crise na saúde por parte do poder público. Os diretores lamentaram que, diante do caos instalado na saúde pública, gestores continuam discutindo os termos de legalidade dos contratos em vez de garantirem de imediato o atendimento à população.

O presidente do CRM-RN, Luís Eduardo Barbalho de Mello, declarou que é inadmissível que as soluções não tenham sido planejadas com antecedência, uma vez que, disse ele, "essa crise já era anunciada". "Nos impetramos uma solução urgente. As pessoas não podem esperar que isso dure mais uma semana", afirmou o presidente do CRM-RN, em coletiva de imprensa realizada na manhã de ontem.

A sugestão do Conselho Regional de Medicina é que os atendimentos à população sejam retomados de imediato, seja com cooperativas ou contratos diretos, e que se estabeleça um cronograma com prazo para regularizar a situação dos contratos. Luís Eduardo Barbalho admite que os contratos com cooperativas sejam renovados temporariamente até a regularização dos mesmos e lembrou que o próprio Ministério Público já admitiu essa possibilidade, em reunião realizada na Assembleia Legislativa. "Se não há outra solução, que seja com as cooperativas, mas que seja já", defendeu o presidente. "Se não esperamos mais uma semana, as filas vão crescer exponencialmente. Estamos perplexos porque não se tomam providências", concluiu. Luís Eduardo Barbalho informou que

o Conselho Regional de Medicina vai fiscalizar qualquer dano à população em consequência da crise. "Se verificarmos algum dano, vamos entrar com ação para responsabilizar os culpados", disse ele.

Com relação às denúncias sobre mortes em consequência da crise, o presidente disse que serão investigadas. "Já estamos em contato com o cirurgião que atendeu à criança", disse ele, referindo-se ao recém-nascido com 48 horas de vida que morreu no Hospital Walfrido Gurgel precisando de uma cirurgia neonatal. Luís Eduardo disse ainda que aumentou o número de denúncias de irregularidades no sistema de saúde, e que todas serão investigadas.

FISCALIZAÇÕES

Durante a coletiva de imprensa, os diretores do Conselho Regional de Medicina divulgaram fotografias realizadas durante as visitas de fiscalização nas unidades de saúde do Estado e Município. "As fiscalizações foram categorizadas em confirmar as escadas deficientes e estrutura inadequada", informou Marcos Jácome, vice-presidente do CRM.

As imagens mostravam as unidades com estruturas precárias, como paredes e tetos cobertos por mofo e infiltrações, móveis e equipamentos com ferrugem, piaas inadequadas para serviço médico, sanitários sem tanques, alojamento médico com pouco espaço, entre outros problemas.

Marcos Jácome destacou ainda problemas encontrados nas escalas médicas. "As escalas estão totalmente incompletivas. Isso requer medidas rápidas, eficazes e duradouras", ressaltou o vice-presidente.

ORTOPEDIA PEDIDA ABRANGE TRÊS ENTIDADES QUE PRESTAM SERVIÇOS AO SUS

MP ajuíza ação para obrigar hospitais a fazerem cirurgias

O Ministério Público entrou com um pedido na Justiça para garantir cirurgias planejadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nos hospitais de traumas ortopédicos. No pedido de antecipação de tutela, realizado na quinta-feira, a Promotoria de Defesa da Saúde pede que se dê prazo de 72 horas para que os diretores do Hospital Médica Geriátrico, Iorm e Hospital Memorial, que possuem contratos com o Município de Natal, viabilizem a realização dos procedimentos cirúrgicos dos pacientes do SUS que se encontram em suas dependências.

Com o movimento articulado pelas cooperativas médicas em razão da

não renovação dos contratos com a Secretaria Estadual de Saúde, os médicos anestesiologistas resolveram não participar de cirurgias em hospitais particulares credenciados ao SUS. No entanto, para o Ministério Público, no caso dos hospitais que possuem contratos com o Município, "o movimento articulado por parte de alguns profissionais não pode servir de desculpa para os hospitais contratados não cumprirem o acerto firmado e prolongar o sofrimento da população que espera pela realização de cirurgias contempladas dentro da área de atuação de cada um deles".

No pedido de antecipação de tutela, incluso no processo número

001.05.027931-0 em tramitação na 5ª Vara da Fazenda Pública, a Promotoria de Defesa da Saúde argumenta que "não se pode mais aguardar que os mesmos (hospitais) fiquem esperando anestesiologistas cedidos pelo Estado ou pelo Município para cumprir uma responsabilidade que é sua de realizar o procedimento". O pedido espelha ainda o prazo de cinco dias para que esses hospitais recebam e comecem a realizar as cirurgias de ortopedia para os pacientes integrantes da lista encaminhada pela Unidade de Gerenciamento de Vagas, assegurando atendimento prioritário aos idosos, crianças e adolescentes.

Para cobrir uma atitude dos hospi-

tais, a Promotoria de Defesa da Saúde se fundamentou na previsão contida nos contratos em vigor, que determinam a responsabilidade dos contratos e disponibilização de serviço de anestesia, além de outros equipamentos e materiais necessários para realização do procedimento.

O Diário de Natal procurou a diretoria dos três hospitais citados, mas só obteve resposta do Hospital Memorial. Por meio de sua secretária, o diretor-presidente do hospital, Francisco da Silva Gomes, comunicou que não havia tomado conhecimento do fato até então. Além disso, ele afirmou que só irá se pronunciar quando for notificado pela Justiça.

PROTESTO

Sindicatos fazem ato em defesa do SUS

Entidades do movimento social e sindical ligados à saúde fizeram ontem um ato público em defesa do Sistema Único de Saúde. A manifestação aconteceu no calçadão da rua João Pessoa e teve como objetivo chamar atenção da sociedade para os problemas enfrentados pela saúde.

"Nos estamos nos contrapondo ao processo de privatização do SUS, que é um sistema viável. Mas quando os recursos não são investidos na saúde pública, os governantes desviam. O serviço público só deve contratar o privado eventualmente, não pode ser dependente dele. Caso contrário, ele vai impor as regras e seus preços e o setor público fica refém", afirmou o presidente do Sinsepar, Soraya Godwin.

Ela também defende que o setor público receba investimento para a criação de uma rede própria. "É preciso criar hospitais municipais, adquirir equipamentos, e entre outras coisas realizar consórcios públicos". Há 12 anos que isso não é feito e, à medida do tempo, os servidores foram se aposentando e não houve essa renovação no quadro. É preciso entender que a cidade cresceu e mudou nesses 12 anos e o número de servidores não. As demandas da saúde estão aumentando a cada dia e temos muitas áreas descobertas. Dessa forma, não tem como o SUS funcionar. É preciso uma inversão de prioridade", declarou.

O presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Junior, falou da importância do ato público para ajudar a resolver a crise na saúde. "Acho que esse tipo de manifestação



Entidades do movimento social e sindical se posicionaram contra o que consideram "privatização do SUS"

já deveria ter sido feita antes, e com certeza já teria ajudado a melhorar a situação da saúde. É importante para envolver a população nessa realidade. Outra coisa que acho importante é movimentar esses debates, que estão mortos demais. É preciso ser mais assertivo. Se a gente não expor as vitórias, essa situação não vai se resolver", declarou.

Além de acordo com Junior, o estado e o Município erraram ao ter decretado estado de calamidade pública na saúde. "Eles deveriam ter feito um diagnóstico para ver a necessida-

de de profissionais. Depois deveriam ter feito uma contratação temporária, e nesse período providenciar concurso público", afirmou.

Segundo a mesma linha de pensamento, o presidente do Conselho Municipal de Saúde, Marcelo Medeiros afirmou que até agora nada foi feito de concreto, depois dos decretos de calamidade. "O Município não está assumindo sua responsabilidade, no que se refere à realização das cirurgias eletivas", afirmou Marcelo que continuou: "A sociedade precisa tomar conhecimento da crise e reclamar mais,

uma tentativa de melhorar a situação. Na hora do serviço mal prestado, é a população que sofre", disse.

O presidente da Federação Nacional dos Servidores da Seguridade Social (Fenaps), Francimar Maia, disse que a melhoria do atendimento na saúde se dá com a participação da sociedade civil organizada. "É preciso que a sociedade exija que esses recursos sejam destinados à saúde pública e não às clínicas e hospitais privados e cooperativas. A sociedade tem que participar mais, afinal a saúde é um direito universal", declarou.

Conselho discorda de renovação de contratações

Diante da grave crise na saúde pública do Rio Grande do Norte, o Conselho Estadual de Saúde se posicionou através de uma resolução focada em ações de imediato. O Conselho defende a não contratação de cooperativas de especialidades médicas no âmbito do SUS no estado. Além disso, so-

licitam que a Sesap determine de forma imediata que os anestesiologistas do seu quadro funcionem cumprindo suas obrigações. "Nos estamos cobrando da Sesap, a construção de um hospital de câmaras de plantão em toda a sua rede e acabe com essa coisa de sobrevivência. Fazendo isso, já dava para sair um pouco

desse sufoco", argumentou o presidente do Conselho, Canindé Santos.

A entidade também quer que a Sesap viabilize, junto ao Ministério da Defesa, a construção de um hospital de campanha em Natal para atuar nesse momento emergencial. "Isso viria como um reforço importante", decla-

rou Canindé que também se posicionou a favor de contratação individual e temporária de profissionais para complementar o quadro funcional da Sesap. "Se tiver que contratar, que seja dessa forma, pois para entrar no SUS, tem que ser através de concurso público", concluiu.

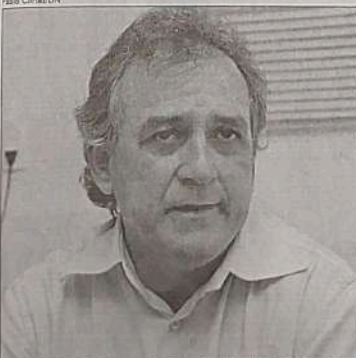
LISTA

Geraldo acusa DN de "manipulação"

O presidente do Sindicato dos Médicos (Sinmed), Geraldo Ferreira Filho, chamou de "ato de desespero do governo e do Ministério Público" e "tentativa de manipulação do Diário de Natal" a divulgação da lista dos médicos que são funcionários públicos e também prestam serviços à Cooperativa dos Anestesiologistas (Coopanes). O nome dele está incluso na lista, que foi encaminhada da Secretaria Estadual de Saúde para o Ministério Público. "Tenho muito orgulho de pertencer à Coopanes nunca trabalhei no serviço público através dela. Minha ligação com a cooperativa é para trabalhar para os planos de saúde, um vínculo privado", declarou Ferreira.

O médico disse que a lista dos anestesiologistas que trabalham para o serviço público através da Coopanes não é uma questão para ser debatida na mídia. "Questionado se tudo o que envolve direito público não é passível de discussão pública, o presidente do Sinmed respondeu que "o âmbito dessa discussão é judicial".

"Não vamos mudar o foco do problema, que é a ausência de pessoal no serviço de saúde pública e sua consequen-



Presidente do Sinmed é contra discussão sobre lista de médicos na mídia

te quebra-quebra. Seu objetivo a ser grosseiro e responder que é visível a manipulação. Comigo não! A classe médica é muito inteligente e culta para perceber esse tipo de artifício. E sobre esse

assunto eu não falo mais", desabafou.

O ex-titular da Sesap, Adelmaro Cavalcante, também estava na lista e também falou que "nunca prestei serviço ao poder público, seja munici-

Micarla renovará contratos com as cooperativas

Isaac Lira

jornalista.isaacira@hotmail.com

A preocupação da prefeita Micarla de Sousa com a situação da saúde ficou expressa desde o início de seu mandato. No entanto, a comissão da prefeita com o nível de sofrimento enfrentado pelo povo natalense chegou a níveis insustentáveis quando Micarla leu a reportagem publicada no sábado passado por este JH PRIMEIRA EDIÇÃO, acerca da situação das meninas prematuras. "Quando li e me comovi com a reportagem, decidi: essa situação não passa de sexta-feira", disse a prefeita, em entrevista coletiva concedida ontem à tarde.

O resultado foi conferido ontem: Micarla de Sousa decidiu renovar o contrato com as cooperativas médicas emergenciais para restabelecer o atendimento à população. A medida já foi determinada pela prefeita e o contato com os médicos será iniciado hoje. A renovação dos contratos, segundo ela, depende do ajuste de conduta com o Ministério Público. Dentre as condições colocadas pelo MP, apenas o arrendamento de um hospital para cirurgias eletivas não é aceito pela Prefeitura. A prefeita também anunciou a criação do Hospital da Mulher, onde originalmente seria a Maternidade Leide Morais.

Micarla afirmou ter-se identificado, por ser também mãe e mulher, com a situação desespe-

rador pela qual passavam Alvanete Tavares e Maria Sandra Vieira, mães de Mariana e Yasmine, respectivamente. As meninas tinham hidrocefalia e foram submetidas ontem a cirurgia no Hospital Varela Santiago. "Isso foi uma coisa que eu coloquei para o ministro. A garantia do direito à vida é algo fundamental. Eu desafio qualquer pessoa a apontar algo mais importante do que isso", afirma.

Assim como O JORNAL DE HOJE e o JH PRIMEIRA EDIÇÃO vêm adiantado desde o início da semana, o município celebrará o contrato com as cooperativas com um repasse de 60% do valor do contrato pelo Governo do Estado. O Termo de Ajustamento de Conduta elaborado pelo MP aponta a realização de concursos públicos, instalação de pontos eletrônicos nas unidades de saúde e o prazo máximo de um ano para os contratos temporários com as cooperativas.



Prefeita Micarla de Souza conversou com o jornalista Isaac Lira, autor da matéria que a comoveu, depois da entrevista coletiva

Hospital da Mulher será pioneiro na região Nordeste

Além do restabelecimento dos serviços de saúde, Micarla trouxe mais duas boas notícias na bagagem, depois de voltar de Brasília. Na capital federal, a prefeita se reuniu com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e conseguiu a promessa de verbas federais para a construção de quatro unidades de pronto-atendimento 24 horas (Upa). Além disso, a prefeita irá transformar, num prazo de 30 dias, a maternidade Leide Morais num Hospital da Mulher, iniciativa pioneira em termos de Nordeste.

"O Hospital terá cardiologia, mastologia, centro cirúrgico e outras especialidades. Será o primeiro hospital dessa espécie no

Nordeste", diz Micarla. Anteriormente, a Maternidade Leide Morais, inaugurada sem luz e sem médicos, em dezembro do ano passado, iria funcionar também como pronto-atendimento.

Já quanto ao projeto das Upa's, Unidades de Pronto-Atendimento, Micarla se inspirou deliberadamente nas boas

experiências do Rio de Janeiro. A prefeita visitou pessoalmente as instalações e, de acordo com o que foi prometido pelo Ministro da Saúde, antes do fim dos seis primeiros meses, as Upa's estarão terminadas. As novas unidades são a alternativa viável para a construção ou arrendamento de um hospital, como quer o Mi-

nistério Público. "Não dá para estruturar um hospital em seis meses. O que podemos fazer é instalar essas unidades, o que melhorará em muito o atendimento à população", diz Micarla. E complementa: "A prioridade desse ano para mim é a saúde. Nós iremos mudar a cara da saúde em Natal". (LL)

...A... dos... críticas... e... algumas pessoas já se acidentaram por causa dos buracos

Mais um bebê morre sem assistência em hospital público

MÃE ESPEROU CINCO HORAS POR CESÁREA, POIS CRIANÇA ESTAVA SENTADA, MAS ACABOU SOFRENDO PARTO NORMAL

ISAC LIRA
REPORTER

Após o parto, o médico de plantão não conseguiu olhar nos olhos de Marilda Matos de Araújo. O detalhe, que poderia soar insignificante em outro contexto, ilustra a fala da mulher de 40 anos que esperou por uma cesariana durante cinco horas, no último domingo, no Hospital Santa Catarina, e acabou tendo a criança por parto normal. A filha de dona Marilda nasceu morta após apelos desesperados da mãe aos médicos do hospital para que salvassem a menina. Segundo familiares, o Santa Catarina estava um caos na ocasião, superlotado e sem a menor condição de atender a demanda existente. É o segundo caso de bebê morto por falhas de atendimento desde o início da crise na saúde.

O suplicio de dona Marilda, segundo a própria relatou à reportagem de O Jornal de Hoje, começou no momento em que, por falta de anestesistas, a maternidade de Ceará Mirim não pôde receber a paciente. Com uma série de exames e uma indicação de que a cesariana seria necessária, ela chegou, junto de sua cunhada, Desuete Miranda, até o Santa Catarina. Ao chegar ao hospital, às 13h, ela foi atendida por um médico chamado Walter, do qual ela diz não lembrar do sobrenome. No primeiro atendimento, o exame feito constatou, de acordo com o que dona Marilda e sua cunhada ouviram o primeiro médico, de nome Walter, comentar com o segundo, de nome Josair, que a cesariana era de fato necessária.



Marilda Matos, dois dias após o parto: "Pedi que tentassem salvar a minha filha"

No entanto, o Santa Catarina estava cheio. Isso é um tanto óbvio e previsível, pois desde que a briga entre médicos, Ministério Público e Governo do Estado começou, o fluxo da Maternidade Januário Cicco foi desviado para lá. O Santa Catarina não tem condições de receber a demanda. Todos os gestos já admitiram a situação complicada várias vezes, via imprensa. Nesse contexto, três outras mulheres grávidas foram atendidas antes de Marilda Matos entrar na sala de cirurgia. Ao chegar à sala, a mulher de 40 anos imaginou que o parto

estava bem encaminhado, mas não foi exatamente isso que aconteceu.

A entrada na sala de cirurgia aconteceu, de acordo com Marilda, às 14h15. Por volta das 16h, depois de todo esse tempo sozinha e à espera de alguma assistência, entra em cena a médica identificada por Marilda como Silvana. A doutora entrou na sala, pegou Marilda pelo braço e a retirou da sala. Desuete Miranda conta que, pouco antes disso, a mãe de uma paciente que se chamava Daniele Madureira havia feito uma confusão e ameaçado chamar a imprensa caso sua



Direção do hospital não quis se pronunciar a respeito do caso. Além da superlotação, família suspeita de erro médico

filha não fosse atendida. Por conta disso, o atendimento de Marilda foi suspenso em favor de Daniele. Marilda Matos, humildemente, afirma que sua companheira, Daniele, de fato sofria muito e precisava de atendimento. Mas o fato não amenizou o seu próprio sofrimento. "Eu comecei a sofrer muito mesmo, pedi que olhassem para minha filha, que tentassem salvar minha filha", diz.

Desuete Miranda afirma que, depois de Daniele, outra mulher foi atendida até que Marilda, já perdendo as forças, começou a gritar que não aguentava mais. O doutor Josair,

de acordo com Marilda, pediu que ela tivesse calma e, ao realizar mais um exame, percebeu que a criança iria nascer. "Ele me disse que o parto seria normal, eu protestei, mas não houve jeito", diz. A sala de parto foi preparada e Marilda afirma não saber de onde tirou forças para parir a criança, que estava sentada dentro de seu ventre. A mãe conta que as pernas da menina saíram primeiro, seguidas do tronco e a última parte que Marilda pôde ver foi a cabeça. A visão de sua filha não deixou dúvidas: a menina estava morta. O relógio marcava 18h.

Os médicos ainda tentaram salvar a filha de Marilda, mas não conseguiram reanimá-la. Após o incidente, ela conta que os médicos perguntaram se não haveria algum problema congênito na menina, por conta da idade da mãe, ao que Marilda respondeu: "Eu queria a minha filha do jeito que ela viesse. Vocês mataram a minha filha e agora não precisam fazer mais nada por ela". A diretora do Hospital Santa Catarina, Giselda Teixeira, não quis comentar o assunto. Além da falta de estrutura e superlotação, a família suspeita de erro médico.

> CALAMIDADE NA SAÚDE

Mais um bebê morre sem assistência médica em hospital público de Natal

MARILDA ESPEROU 5 HORAS POR CESARIANA E ACABOU TENDO PARTO NORMAL. CRIANÇA JÁ ESTAVA SEM VIDA

CIDADE
94FM
VOCÊ PRECISA OUVIR

Paiva
DROGARIAS
Preço baixo a Paiva tem!
Atendimento personalizado
Parcelamos no cheque ou cartão
Os menores preços e só conferir!
A ENTREGA É RÁPIDÍSSIMA!
SUA FARMÁCIA EM CASA
3212-2222

Delphi
ENGENHARIA
3203.6000



Marilda Araújo conta que as pernas da filha saíram primeiro e assim que olhou percebeu que o bebê estava sem vida

O suplício de Marilda, 40 anos, começou no momento em que, por falta de anestésistas, a maternidade de Ceará-Mirim encaminhou a paciente para o Hospital Santa Catarina, em Natal. Com exames nas mãos e uma indicação de que a cesariana

era necessária, ela chegou ao hospital às 13h de domingo. Marilda foi atendida e ouviu do médico que a cirurgia precisava ser realizada. Mas o Hospital Santa Catarina estava lotado. A mulher só conseguiu ser atendida, já em trabalho de parto, às 18 horas.

CIDADE 5

ENILDO ALVES

“Virgínia tenta esconder realidade deixada por Carlos Eduardo”

POLÍTICA 3

VIOLÊNCIA

Pescador é morto com quatro tiros na porta da casa de familiares

POLÍCIA 6

SEM SOLUÇÃO

Crescimento do cajueiro continua causando polêmica na praia de Pirangi

CIDADE 8

ZONA NORTE

Reestruturação do sistema de transporte urbano deve ser agilizada

CIDADE 8

VÍTIMA DO DESCASO Garoto não tinha nome. Médico diz que morte foi por causa do "colapso do sistema"

Morre no Walfredo bebê que precisava de cirurgia

Ele viveu pouco mais de 48 horas, não recebeu nem o nome, mas sentiu na pele a deficiência do aparelho da saúde pública no Rio Grande do Norte. O recém-

nascido que precisava de uma cirurgia de urgência no Hospital Walfredo Gurgel morreu às 8 horas do sábado passado, por causa de um estreitamento no

sistema digestivo, tecnicamente chamado de atresia do duodeno. O pequeno norte-rio-grandense era filho de Maria Solange de Andrade, natural de São José de

Campestre. Deveria ter sido atendido no Hospital Infantil Maria Alice Fernandes, no conjunto Parque dos Coqueiros, mas, por falta de cirurgiões pediátricos, acabou

levado ao HWG. Para Álvaro Barros, presidente da Associação Médica do RN, o falecimento do bebê é o primeiro óbito por conta do "colapso do sistema".

Recém-nascido morre no Walfredo

Isaac Lira

journalista.isaacira@gmail.com

O recém-nascido que precisava de uma cirurgia de urgência no Hospital Walfredo Gurgel morreu no último sábado às 8 horas, de "atresia de duodeno" (um estreitamento no sistema digestivo). O menino era filho de Maria Solange de Andrade, natural de São José de Campestre, e deveria ter sido atendido no Hospital Infantil Maria Alice Fernandes (conjunto Parque dos Coqueiros), mas, por falta de cirurgiões pediátricos, acabou transferido para o Walfredo.

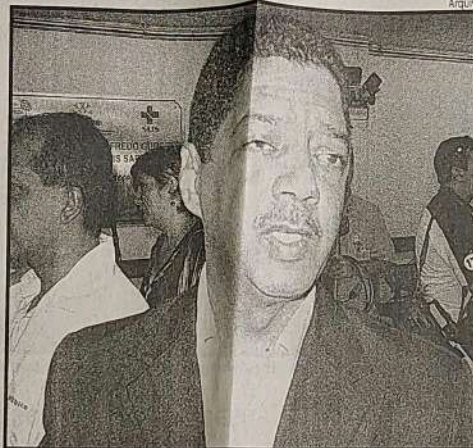
O bebê, que tinha pouco mais de 48 horas de vida, não teve tempo nem de receber um nome. Por conta da falta de assistência e da morte à espera da cirurgia emergencial, essa pode ter sido a primeira morte por consequência, ou grande participação, do caos na saúde estadual e municipal. O diretor do Walfredo Gurgel, José Renato Machado, recomenda cautela ao avaliar o caso. "Vou mandar apurar as causas, mas é muito cedo para atribuir a morte ao problema na saúde. Óbitos existem todos os dias", lembra.

No entanto, para Álvaro Barros, presidente da Associação Médica do Rio Grande do Norte, o falecimento desse bebê é o primeiro óbito por conta do "colapso do sistema". "Eu sou gostaria de dizer que alguém tem que ser responsabilizado por isso e a responsabilidade é das pessoas que obstruíram o atendimento da saúde", afirma, para dar "nome aos bois" na seqüência: "E quem obstruiu o atendimento, quem não deixou os médicos exercerem sua função, foi a Justiça e a Secretaria de Saúde", acusa.

À ESPERA DA CIRURGIA

O diretor do HWG, José Renato Machado, admitiu que a unidade médica, que não faz esse tipo de cirurgia infantil, não seria o local adequado para se atender casos como o do filho de dona Solange. "O Walfredo tem sido o anteparo das mazelas da saúde no Rio Grande do Norte. Por isso, recebemos essa semana crianças do Varela Santiago e do Maria Alice. Fizemos os ajustes e recebemos os pacientes", afirma.

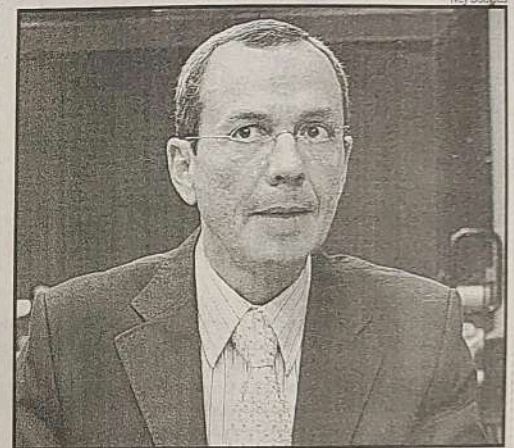
Mesmo que o diretor do Wal-



Diretor do Hospital Walfredo Gurgel, José Renato, recomenda cautela

fredo Gurgel afirma que os equipamentos - no caso, o carrinho de anestesia - foram conseguidos na última quinta-feira, a reportagem do JH Primeira Edição tem apurado ao longo dos dias que a aparelhagem não foi suficiente. O fato de o bebê ter falecido à espera da cirur-

gia já fala por si só. Além disso, a reportagem ouviu de cinco pessoas diferentes que para a operação ainda era necessário aparelhagem adequada. Segundo a anestesista Ana Catarina Nóbrega e Geraldo Ferreira, presidente do Sindicato dos Médicos, e Joifram Medeiros,



Pte. da Associação, Álvaro Barros: alguém precisa ser responsabilizado

médico do Centro Cirúrgico do Walfredo, o aparelho que estava disponível não podia ser utilizado por crianças com menos de seis quilos. O filho de dona Maria Solange mal tinha a metade.

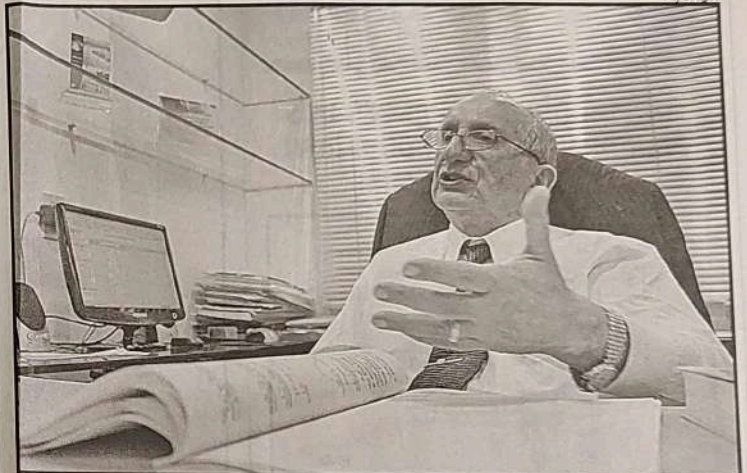
Além disso, a tia e a avó da criança foram ouvidas pelo JH Pri-

meira Edição na última sexta-feira e confirmaram que a cirurgia não tinha sido realizada por falta de aparelhos. No último sábado, foi tentado um novo contato com a família, que já tinha levado o corpo para São José de Campestre, mas ninguém atendeu o celular.



Heracles Dantas

Procurador Bruno Macedo diz que, no geral, o movimento das cooperativas é legítimo



May Cruz/Agf

Ex-ministro do STJ, José Delgado, participará da entrevista coletiva que será concedida amanhã

POPULAÇÃO SOFRENDO Entidades médicas querem retorno dos contratos e do atendimento similar ao prestado até final de 2008

Justiça é esperança para o fim do caos

Isaac Lira

jornalista.isaclira@gmail.com

Nem mesmo o continuado sofrimento da população por conta do caos na saúde conseguiu dissolver o impasse gerado com o fim do contrato com as cooperativas. Enquanto os Governos do Estado e de Natal não conseguem encontrar uma alternativa ao antigo modelo, os envolvidos no problema já

falam em tom desanimado e cogitam a via judicial como única forma de resolver a questão.

Na reunião realizada na última terça-feira, de acordo com dirigentes de entidades médicas, com as quais a prefeita se reuniu, Micala de Sousa procurou saber a quantas andava o parecer jurídico do ex-ministro José Delgado com relação a possibilidade de uma vitória na Justiça que possibilitasse a re-

novação dos contratos. Geraldo Ferreira e Álvaro Barros, presidente do Sindicato dos Médicos e da Associação Médica, respectivamente, confirmaram a conversa com a prefeita. "Nós já temos uma minuta do parecer, positivo, do ex-ministro Delgado, mas o caso está amarrado por uma recomendação do MP", diz Geraldo Ferreira, que também é integrante de cooperativa médica.

A expectativa das entidades médicas é entrar, ainda na segunda-feira da próxima semana, com a ação pedindo a volta à situação anterior, ou seja, o retorno dos contratos com as cooperativas e do atendimento similar ao que era prestado até fim do ano passado. O pedido será liminar e deverá ser julgado em até 48 horas. Antes disso, a categoria irá conceder, amanhã, junto de José Delgado, entrevista

coletiva para explicar juridicamente a posição das entidades.

Ao mesmo tempo, o procurador do Município, Bruno Macedo, afirmou na tarde de ontem que a contratação temporária de médicas é a primeira tentativa da Prefeitura, mas caso não dê certo a Prefeitura não medirá esforços para garantir a volta do atendimento à população. "Esgotadas as possibilidades, é preciso ver que as coo-

perativas estão no mercado e enquanto não forem dissolvidas, parte-se do pressuposto da legalidade", disse Bruno Macedo, acrescentando que as duas liminares pedidas pelas promotorias foram negadas pela Justiça Federal. Ele vai além: "O movimento de cooperativas, no geral, é legítimo. O que o Ministério Público vai ter que provar é o desvirtuamento dessas associações em Natal".

Outras crianças correm risco de morte por falta de cirurgias

Isaac Lira

jornalista.isaacira@gmail.com

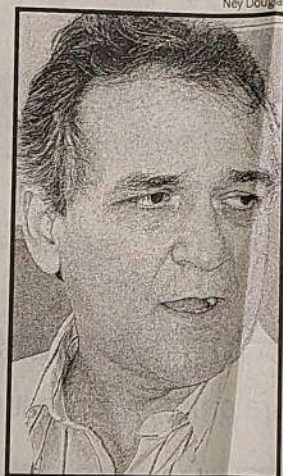
A impossibilidade de cirurgias para recém-nascidos na rede pública de saúde, provocada pela crise que se instalou no setor desde o fim do ano passado, continua a colocar em risco a vida de crianças em Natal. Pelo menos duas delas passaram pelo Hospital Walfredo Gurgel, de acordo com os neurocirurgiões Luciano Araújo e Sérgio Adriane. O Walfredo não é o local indicado para receber esse tipo de paciente.

A exemplo do que aconteceu com o filho de Maria Solange de Andrade, que morreu ainda sem nome, com pouco mais de 48 horas de vida, na UTI infantil do Walfredo Gurgel à espera de uma cirurgia para resolver um estreitamento no duodeno, Geraldo Ferreira, presidente do Sindicato dos Médicos, alerta que caso uma solução não seja encontrada, mais óbitos acontecerão. As crianças que estão no Walfredo sofrem de hipertensão crâniana e necessitam de uma neurocirurgia. "Esse é um tipo de

problema que algumas vezes precisa ser resolvido em até 48 horas e em outras pode ser protelado", afirma Geraldo.

O presidente do Sindicato dos Médicos diz ser absurda a posição da Secretaria Estadual de Saúde (Sesap) de "intransigência" em relação à crise na saúde. Defensor da renovação dos contratos com a cooperativa, para Geraldo Ferreira a questão é ideológica. "Eles não aceitam a participação do setor privado na saúde pública. É um absurdo que se brinquem com vidas humanas por conta de uma questão ideológica", diz Geraldo, acrescentando que a morte do primeiro bebê era uma tragédia anunciada.

Já o secretário estadual de Saúde, George Antunes, afirmou por meio de sua assessoria de imprensa, que a questão é a legalidade dos contratos e que não irá compactuar com o desrespeito à lei. A Secretaria admite o grande problema com as cirurgias eletivas, em especial relacionada a recém-nascidos, mas diz que está procurando resolver o problema o mais

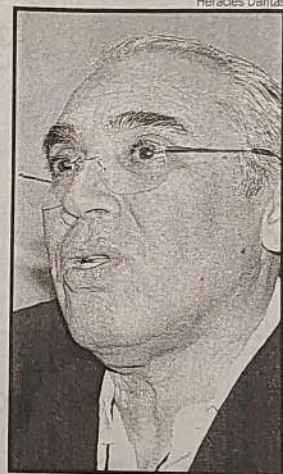


Ney Douglas

Geraldo Ferreira faz o alerta

rápido possível.

O Hospital Infantil Varela Santiago costumava fazer de 200 a 250 cirurgias por mês e, por enquanto, não tem recebido os casos das crianças que precisam de uma intervenção cirúrgica. Esses casos tem sido remanejados, segundo a diretoria do Hospital, para o Wal-



Heracles Dantas

Luciano Araújo: transferência

fredo Gurgel, em sua maioria, e outros casos para hospitais como o Santa Catarina. Uma das crianças com necessidade teria sido transferida para este último, mas a direção do Hospital não confirmou a informação. "A criança foi para o Santa Catarina porque eles dispõem de UTI neonatal", afirma

Luciano Araújo.

As informações acerca de crianças à espera de cirurgia na cidade ainda são desencontradas, principalmente no Walfredo Gurgel, porque o Hospital dificulta ao máximo a circulação das informações.

SEM ACORDO

Uma reunião entre o Estado, o Município e os representantes dos hospitais privados foi realizada na manhã de ontem, sem nenhum acordo entre as partes acerca da implantação do plano emergencial para a saúde do RN. A proposta do Governo era que os hospitais sozinhos conseguissem arrebatar profissionais, mas até agora não houve acordo. "Aceito a proposta do Governo, mas as cooperativas pelo que eu sei não aceitam um convênio com os hospitais. Conseguir os profissionais não é problema meu, mas do Estado", diz Cipriano Correa, diretor do Itorn.

Segundo a Assessoria de Imprensa da Secretaria de Saúde, as duas partes prometeram analisar o caso à procura de outras soluções.

VIDAS EM JOGO O presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira (foto), considera absurda a posição da Secretaria Estadual de Saúde (Sesap) de “intransigência” em relação à crise no setor. Defensor da renovação dos contratos com a cooperativa dos anestesistas, para ele a questão é ideológica. “Eles não aceitam a participação do setor privado na saúde pública. É um absurdo que se brinquem com vidas humanas”.



Recém-nascidos na fila da morte por falta de cirurgia

Conselho quer acionar a Justiça contra o poder público

DIANTE DA SITUAÇÃO CRÍTICA NA SAÚDE, ENTIDADES DA ÁREA MÉDICA DO RN DECIDIRAM FAZER UM ATO PÚBLICO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO SETOR, PREVISTO PARA ACONTECER NO CALÇADÃO DA RUA JOÃO PESSOA, NO CENTRO

TACIANA CHIOLETTI
Reportagem

O Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte (Cremern) vai realizar ações mais efetivas do que as interdições éticas nas unidades municipais e estaduais de Saúde a partir de agora. A alternativa agora é acionar justiça cobrando a responsabilidade dos gestores diante das mortes e seqüelas graves, que, segundo os conselheiros, vem ocorrendo desde o início do ano, com a ausência de cirurgias eletivas de diversas especialidades. Uma das situações mais críticas acontece no setor de ortopedia do Hospital Walfredo Gurgel, que totaliza atualmente 248 pacientes aguardando o procedimento. Na semana passada, o número estava em torno de 160 e, com o índice crescente, a fila já corresponde à maior de todos os tempos. Foi o que enfatizou, durante entrevista coletiva à imprensa, na manhã de hoje, representantes do Cremern. Eles apresentaram fotos das unidades, realizadas durante as fiscalizações, que mostram as condições estruturais de hospitais, como Walfredo Gurgel, Santa Catarina, João Machado e unidades básicas de Saúde ou pronto-atendimentos, como Guarapes, Mãe Luiza, Pajuçara e maternidade das Quintas. A precariedade na estrutura física e nos equipamentos é tão indiscutível

quanto os problemas de recursos humanos.

As visitas às unidades continuam sendo realizadas pelo departamento de fiscalização da entidade, especialmente na capital potiguar. As lacunas nas escalas de plantonistas é uma realidade na maioria delas. "Há um ano, nós interditamos o Hospital Maria Alice Fernandes por insuficiência de pediatras. Hoje, a história se repete sem retaguarda de profissionais", relembra o vice-presidente do Cremern, Marcos Jácome. A falta de plantonistas também ocorre no hospital Luis Antonio, no serviço de oncologia, e nos hospitais Santa Catarina, na zona norte, João Machado, no Tirol, Deoclécio Marques, em Parnamirim, e no regional de Macaíba. "Às vezes, tem apenas um plantonista na clínica médica e na ortopedia", frisa.

Como solução para a crise da Saúde, o presidente do conselho, Luis Eduardo Barbalho, sugere que os contratos com as cooperativas sejam reativados temporariamente, neste período de estado de calamidade, até que uma solução mais definitiva seja cogitada. "O Ministério Público (MP) já sinalizou para isso publicamente, mas falta uma decisão por parte dos gestores. Já estamos na terceira semana do estado de calamidade e nada é resolvido. É possível pedir um prazo ao MP nesta



Representantes de entidades médicas do RN anunciaram as providências que serão tomadas diante da crise na saúde

situação", declara, enfatizando que a interrupção abrupta nos serviços é rejeitada veementemente pela entidade. Ele relata ainda que a atual realidade já é do conhecimento das secretarias de Saúde e do MP desde o ano passado, em que o Cremern realizou quatro interdições no Hospital Maria Alice Fernandes, pronto-atendimento infantil Sandra Ce-

leste e unidades mistas de Mãe Luiza e Guarapes, que ainda permanecem com os serviços médicos de urgência interrompidos.

A questão ética dos profissionais, ressaltada especialmente nos relatos dos Conselhos Nacional e Estadual de Saúde, foi também abordada na coletiva. Sobre o vínculo duplo de alguns anestestistas com as

cooperativas médicas e, ao mesmo tempo, com a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), Barbalho afirma que solicitou uma resposta da Cooperativa de Anestestistas (Coopanest). "Eles argumentaram que o vínculo é uma forma de complementar a carga horária, mas a duplicidade é ilegal", diz. Questionado sobre os profissionais que se re-

cusam a atender pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), nos hospitais privados conveniados, a posição do conselho é que não há como obrigá-los a trabalhar sem receber para isso. Já quanto aos médicos que não cumprem a carga horária total dos plantões nas redes, o tesoureiro do Cremern, Jálilo César Cavalcanti, afirmou que a entidade não tem conhecimento do fato, mas que, caso isso realmente ocorra, a responsabilidade é do diretor do hospital. "Estes diretores são nomeados pelo Estado e pela Prefeitura, então acaba sendo responsabilidade novamente dos gestores", frisa. O número de denúncias recebidas pelo Cremern aumentou significativamente desde o início do ano.

O Conselho Estadual de Saúde também se reuniu, extraordinariamente, ontem. Durante o encontro, ficou deliberado que a entidade continua contrária à decisão de renovação contratual com as cooperativas. O Conselho pretende ainda cobrar da Sesap que seja colocado um hospital de campanha em Natal neste momento emergencial e que o déficit de médicos seja resolvido na forma contratual individual e temporária. Hoje à tarde, às 15 horas, os conselhos e sindicatos da área fazem um ato público no calçadão da rua João Pessoa, no centro, contra a privatização da saúde.

ANESTESISTAS

Ex-ministro reafirma legalidade nos contratos das cooperativas

O ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), José Delgado, apresentou hoje pela manhã, em uma coletiva, o parecer sobre as contratações das cooperativas para serviços complementares do Sistema Único de Saúde pelo poder público. Assim como o JH Primeira Edição e O Jornal de Hoje haviam adiantado, José Delgado apresentou um parecer que ratifica a legalidade das contratações.

A expectativa das entidades que compõem o movimento médico é entrar com o processo na Justiça para reaver os contratos até a próxima terça-feira. De acordo com Geraldo Ferreira, presidente do Sindicato dos Médicos do RN (Sinned), a decisão do juiz Edilson Nobre, da 4ª Vara da Justiça Federal, que negou ao Ministério Público (MP), a suspensão das atividades da Cooperativa dos Anestestistas, proporciona ainda mais confiança de que a Justiça decidirá a favor da categoria. "Temos plena confiança de que a Justiça encerra-

rá essa 'Marcha da Insensatez' iniciada pelo MP", afirma Geraldo Ferreira.

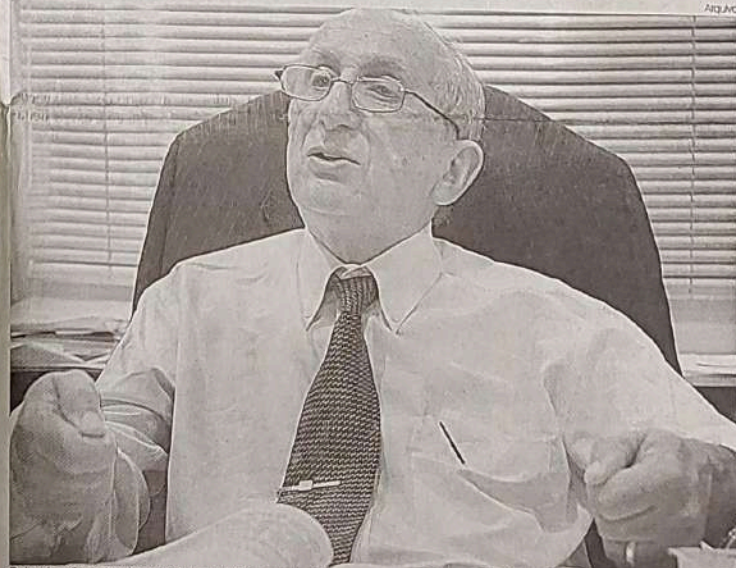
Durante a entrevista coletiva, José Delgado, contratado pelo Sindicato dos Médicos, afirmou não entender a posição do MP, de tentar interromper os contratos após 12 anos de serviços prestados, pelas cooperativas, ao Governo do Estado e Prefeitura. "Não houve alteração constitucional, nem nas leis ordinárias, nem nas portarias que regulam o SUS, então por que esses contratos se tornaram ilegais de uma hora para a outra", argumentou José Delgado. O ex-ministro do STJ acrescentou que não há nenhuma ação do MP questionando nenhum dos contratos nesses 12 anos e que todas as contas públicas foram aprovadas pelos Tribunais de Contas.

Outros pontos questionados pelo MP foram abordados por José Delgado. Segundo ele, é completamente legal a contratação de serviços privados para servir de com-

plemento ao SUS e a existência de cooperativas não só está dentro da lei como é incentivada pela constituição. "O movimento de cooperativas cresce no mundo todo e tem portas abertas até na ONU", afirmou José Delgado.

COOPERATIVA REBATE ACUSAÇÕES

A acusação de duplicidade nos contratos também foi abordada, dessa vez pelo presidente da Cooperativa dos Anestestistas, Madson Vidal. Segundo uma lista enviada pela Secretaria Estadual de Saúde, alguns anestestistas recebiam duas vezes, pelo Estado e pela cooperativa. Essa prática seria ilegal. De acordo com Madson, os hospitais indicados na lista não possuem contratos com a cooperativa. "Não há vínculo com a Cooponest. Nesses hospitais, os médicos são servidores públicos e mantêm vínculos com a cooperativa no seu tempo livre. Não há nada de ilegal nisso", diz Madson.



Delgado não entende a posição do MP em tentar interromper os contratos após 12 anos de serviços prestados ao RN



> HOSPITAIS: MORTES E SEQUELAS

Cremerm acionará justiça cobrando a responsabilidade do poder público

CONSELHO AFIRMA QUE DENÚNCIAS SOBRE FALTA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA TÊM AUMENTADO SIGNIFICATIVAMENTE

Durante uma coletiva na manhã de hoje, os conselheiros-médicos apresentaram os resultados das fiscalizações realizadas nos principais hospitais de Natal. Uma das situações mais críticas foi a encontrada no setor de ortopedia do Walfredo Gurgel, onde 248 pacientes estão aguardando procedimentos cirúrgicos. A fila, que na semana passada tinha 160 pessoas, e que o Cremerm acredita que

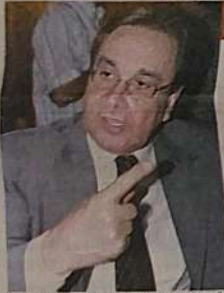
pode chegar a mil, já é considerada a maior dos últimos tempos. Sem outra alternativa, os conselheiros pretendem cobrar na justiça a responsabilidade dos gestores diante das mortes e sequelas graves, que estão ocorrendo nas mais diversas especialidades.

Como solução para a crise, o Conselho sugere que os contratos com as cooperativas sejam reativados temporariamente.

CIDADE 5



Eduardo Felipe



Heraldo Diniz

2010...
Agripino diz que prioridade é apoiar os prefeitos eleitos

O senador José Agripino (DEM) prefere calar sobre sucessão estadual e fica irritado quando é questionado sobre a eleição de 2010.

POLÍTICA 3

Membros do Conselho Regional de Medicina apresentaram fotos das unidades, realizadas durante fiscalizações, que mostram as condições estruturais dos hospitais

Agripino: "Não vou falar sobre isso"

Mais duas crianças na fila da morte

Isaac Lira

isac.lira@globo.com

Em dois meses, Alvanete Tavares já teve vários casos. Primeiro, a Maternidade Escola Jatuary Cicco depois a sua antiga residência, no município de Campo Redondo. Logo após, a volta para a Jatuary Cicco, seguida de uma tentativa de fixar residência no Hospital Infantil Varela Santiago e, finalmente, a chegada no Hospital Walfredo Gurgel, o único local entre todos esses onde ela não deveria estar. "Debaixo do tchau", ela leva sua filha, que nasceu prematura e há dois meses espera uma cirurgia.

No quarto 359, Alvanete conhece Maria Sandra Vieira, que, além de companheira de cômodo, parenta da dor e do sofrimento de ter uma filha recém-nascida, ainda prematura, que possui hidrocefalia. Em termos genéricos, um coágulo na cabeça. As meninas, com dois meses a filha de Alvanete e um mês a de Maria Sandra, são mais duas da fila de 16 crianças que precisam de uma cirurgia de emergência, revelada com exclusividade pelo JH PRIMEIRA EDIÇÃO no início da semana. Aliás, a fila cresceu nos últimos dois dias, de acordo com o médico Angelo Neto, para 21 casos conhecidos. São tumores de cérebro, hidrocefalias, má formação craniana e uma série de males.

O caminho tortuoso de Alvanete e Maria Sandra pelos hospitais da cidade deu-se pelo motivo da sofrida espera de agora: a falta de profissionais para realizar as cirurgias eletivas do sistema público de saúde. O Estado diz que a responsabilidade é do Município, o Ministério Público proíbe sem



Alvanete Tavares, 18 anos: emoção ao lembrar as dificuldades que enfrenta



Maria Sandra Vieira espera que autoridades decidam destino digno para sua filha

apontar solução, os médicos não arredam o pé e o povo continua sofrendo. Como as duas mães são do interior do Estado, esse sofrimento é ainda maior. Hoje, moram no Walfredo Gurgel, mas, segundo a direção, em breve podem parar em outro lugar.

O problema é o seguinte: não lugar em Natal hoje que, via SUS, seja possível realizar as cirurgias

necessárias para salvar a vida das filhas de Alvanete e Maria Sandra. Confinadas em um hospital qualquer, elas esperam a solução. No meio do caminho, pode o tempo não ser suficiente e alguém morrer. Que hospital vai se responsabilizar pelo possível óbito? Nenhum deles quer. Pesa ainda o fato de que o Walfredo Gurgel não é o local indicado para esse tipo de

atendimento e só recebe as crianças porque não pode debelas simplesmente na rua. "É impossível para o Walfredo operar essas crianças. Imagine o tanto de contaminação pode haver na sala de cirurgia, já que pacientes de todas as idades são operados lá e essas duas crianças são recém-nascidas?", indigna-se o neurocirurgião Luciano Aratijo.

A cirurgia não será feita no Walfredo e, na situação de hoje, Deus sabe onde poderá ser feita. Sair do Walfredo está difícil. O Varela Santiago não aceita receber de volta. Enquanto isso, as cabecinhas das filhas de Alvanete e Maria Sandra crescem e as meninas têm crises de vômito. Esse é um dos efeitos da hidrocefalia. Morando no Walfredo,

ninguém sabe até quando, as duas lavam suas roupas na casa de parentes distantes aqui em Natal. O dinheiro às vezes falta para fraldas e alimentação. Alvanete e Maria Sandra não sabem sequer pegar um ônibus na cidade. Elas têm 18 e 24 anos, respectivamente, e cada vez menos sabem o que vai acontecer. Estão desesperadas.

Justiça Federal mantém Coopanest Solução parcial é descartada

O pedido do Ministério Público, de suspensão das atividades da Cooperativa dos Anestesiologistas e de impossibilidade de contratação de seus serviços, não foi aceito pelo juiz Edilson Pereira Nobres, da 4ª Vara Federal. No pedido, o MP havia acusado a cooperativa de boicotar o atendimento ao público do SUS nos hospitais privados contratados

pelo Estado. O juiz Edilson Pereira julgou vagas a narrativa e as provas apresentadas pelo MP acerca do suposto impedimento ao qual a cooperativa estaria submetendo os seus cooperados. Além disso, o juiz Edilson Pereira afirmou que a suspensão dos contratos terceirizados, "independente de um estudo conclusivo acerca da

sua ilegalidade", diz a sentença, só poderia ser implementada quando o poder público tivesse condições de prover o serviço por si só. A sentença termina dizendo que os fatos apresentados eram insuficientes para determinar a suspensão das "atividades de sociedade civil", ou seja, da Cooperativa dos Anestesiologistas. (LL)

A solução acordada pelo Ministério Público e gestores da saúde, em parceria com os conselhos estaduais, não será suficiente para encerrar o caos no setor. A possibilidade de que os hospitais privados faça a intermediação entre o poder público e as cooperativas foi descartada na tarde de ontem por Geraldo Ferreira, presidente do Sindicato dos Médicos.

"Não aceitamos. Queremos o contrato direto, se aceitarmos essa proposta estaremos realizando o suicídio da categoria", diz Geraldo. A negociação direta foi a maneira que a categoria encontrou de conseguir condições dignas de trabalho, de acordo com Geraldo Ferreira. Segundo o procurador do Município, Bruno Macedo, caso a

primeira opção, o contrato intermediado com os hospitais, não seja viável, um processo seletivo temporário será realizado. Caso não haja profissionais interessados, o que é bem provável, as "opções disponíveis no mercado serão resgatadas". Ou seja: contrato temporário com as cooperativas e o enfrentamento do Ministério Público.

George Antunes questiona a posição dos donos de hospitais

O secretário estadual da Saúde George Antunes está sem tempo até para respirar. Mais da metade do caos que se abateu sobre o sistema de saúde do RN, e sua sobre suas costas. Até certo ponto, individualmente, de acordo com George. A responsabilidade de celebrar contratos para complementar o atendimento público é, segundo o secretário, e de acordo com o que tem o sistema Único de Saúde, dos municípios.

"Esses contratos estavam no Estado individualmente", diz George. Da mesma forma mais da metade dos pacientes que se amontoam no Walfredo Gurgel deveriam ter sido atendidos pelos postos do Município. Como isso não vem acontecendo, a rede estadual está inchada e uma equipe do Ministério da Saúde esteve em Natal nos últimos dois dias para tentar reordenar o sistema. "Discutimos as responsabilidades dos municípios, o que Natal assumiu e o que o Estado assumiu também. Foram reuniões sólidas para resolver o problema a médio e a longo prazo e para espantar as crises que periodicamente chegam na saúde do RN e

para que ninguém se torne refém de cooperativas num futuro próximo", diz George. Em relação ao curto prazo, ou seja, aos problemas que o povo sofre hoje, o secretário diz ter feito o possível. "Contratei os melhores hospitais da cidade, os hospitais que a população abastada frequenta. Paguei um preço alto, de tabela de plano de saúde. Agora, é preciso perguntar aos donos de hospitais porque os serviços não estão sendo realizados, se está tudo pago e viabilizado para isso. Perguntem e eles dirão", diz. (LL)



Secretário da Saúde do RN, George Antunes, garante que contratou os melhores hospitais

Sesap denuncia duplo vínculo de anestesistas

DOCUMENTO LEVADO AO MINISTÉRIO PÚBLICO TRAZ LISTA DE PROFISSIONAIS QUE RECEBERAM DO ESTADO E DA COOPERATIVA, O QUE É CONSIDERADO ILEGAL; NOMES DE EX-SECRETÁRIO E PRESIDENTE DE SINDICATO APARECEM

CIDADES, 2

Justiça recebe mais ações para garantir atendimentos

O caos na rede pública, a crise econômica que dificulta o acesso dos natalenses aos planos de saúde e um maior grau de conscientização das pessoas são as causas principais do aumento das demandas judiciais por medicamentos, cirurgias e próteses de alto custo no Rio Grande do Norte. Nos últimos tempos os pedidos dobraram, segundo a 4ª Vara da Fazenda Pública. O juiz Cícero Martins já chegou a receber 50 ações em único mês. E mesmo tendo recebido autorização da Justiça, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte decidiu abrir mão do contrato com a Coopanest e vai realizar concurso para a contratação de anestesistas. [PÁGINA 11]



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO RIO GRANDE DO NORTE

A CRISE NA SAÚDE PÚBLICA

O CRM / RN ACOMPANHA COM ATENÇÃO A GRAVE CRISE DA SAÚDE PÚBLICA, ALERTA À POPULAÇÃO SOBRE O DESCASO DAS AUTORIDADES COM O CUMPRIMENTO DAS SUAS RESPONSABILIDADES CONSTITUCIONAIS EM GARANTIR ATENDIMENTO DE SAÚDE, O QUE DEVERIA ESTAR ACONTECENDO DE ACORDO COM A FILOSOFIA DO SUS E JUSTIFICA:

1 – Há vários meses o CRM / RN, em obediência à Lei Federal nº 3.268/57, vem alertando às autoridades, através de inúmeros RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO, sobre a grave situação enfrentada pelos médicos do SUS e pela população por eles assistida, chegando mesmo a interditar setores totalmente desprovidos de condições para um atendimento médico adequado.

2 – A FALTA DE SEGURANÇA PESSOAL e AS PRECÁRIAS CONDIÇÕES NA ESTRUTURA FÍSICA E CARÊNCIA DE MATERIAL nos Hospitais e Postos de Atendimento de Saúde Pública não incentivam a procura de locação por parte dos médicos aos setores mais críticos e frustram seu desejo de exercer sua profissão com a dignidade e a qualidade desejadas.

3 – OS MÉDICOS CORREM RISCO DE INFRIGIREM o Código de Ética Médica (Artigos 3º, 8º, 12, 15, 22, 23, 24, 45 e 86), AO ACEITAREM DEGRADANTES CONDIÇÕES DE TRABALHO.

4 – OS GESTORES PÚBLICOS PERMITIRAM que se passassem mais de dez anos sem que providências fossem tomadas no sentido de renovar e ampliar o quadro de profissionais médicos e de outras áreas da saúde através de concursos públicos que pudessem suprir o crescimento populacional do Estado, apesar dos constantes alertas deste Conselho Regional de Medicina, aos gestores públicos.

5 – O CONCURSO PÚBLICO RECENTEMENTE REALIZADO NÃO FOI CAPAZ DE ATRAIR financeiramente profissionais especializados, nem de preencher vagas nos setores mais críticos e especializados (neonatologia, pediatria, cirurgia infantil, traumatologia, neurologia, neurocirurgia e patologia, entre outras) da medicina assistencial.

6 – A REMUNERAÇÃO INDIGNA OFERECIDA AOS MÉDICOS E A OUTROS PROFISSIONAIS DE SAÚDE não é proporcional ao nível de responsabilidade civil e penal a que estão sujeitos, assim como à sua formação profissional universitária.

7 – O MÉDICO TAMBÉM PRECISA DE PROTEÇÃO, COMO TODOS OS PROFISSIONAIS, e deve evitar conviver com uma jornada de trabalho excessiva e exaustiva, o que o leva a colocar em risco a sua saúde física e mental.

8 – É DA ÚNICA RESPONSABILIDADE DOS GESTORES DO SUS evitarem o caos existente no atendimento à população do Estado, cabendo a eles ENCONTRAR AS SOLUÇÕES MAIS EFICAZES, O MAIS URGENTE POSSÍVEL.

9 – A AUSÊNCIA DE OFERTA AO ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO DA SAÚDE, preconizado pelo SUS, caracteriza falta de responsabilidade dos gestores, ÚNICOS RESPONSÁVEIS por todo e quaisquer danos que venham a ocorrer com o cidadão que precisa de cuidados de saúde.

10 – A Constituição Brasileira de 1988 afirma, em seu art. 196, que **“A SAÚDE É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO”, GARANTIDO MEDIANTE POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS QUE VISEM À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇA E AO ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PARA SUA PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO.**

11 – A VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (BRÁSILIA, 1986), DEFINE SAÚDE COMO SENDO UM SOMATÓRIO DE VARIÁVEIS RESULTANTES DAS CONDIÇÕES DE ALIMENTAÇÃO, HABITAÇÃO, EDUCAÇÃO, RENDA, MEIO AMBIENTE, TRABALHO, EMPREGO, LAZER, LIBERDADE, E ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE.

12 – NA CONCEPÇÃO DO SUS, O MUNICÍPIO É RESPONSÁVEL PELA SAÚDE DE SUA POPULAÇÃO EM UMA REDE QUE GARANTA O ACESSO A TODOS OS CIDADÃOS E AO MESMO TEMPO PERMITA O USO MAIS EFICIENTE DOS RECURSOS.

13 – POR FIM, O CRM / RN LAMENTA QUE A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA ESTEJA GRAVEMENTE ATINGIDA NOS SEUS PRINCÍPIOS POR TODOS OS GESTORES E PELOS DEMAIS ENVOLVIDOS NA POSTERGAÇÃO DA SOLUÇÃO HUMANITÁRIA DO GRAVE PROBLEMA QUE AFETA AOS MAIS HUMILDES, AQUELES QUE POR LEI DEVERIAM SER PRIORITARIAMENTE POR ELAS PROTEGIDOS.

Luis Eduardo Barbalho de Mello
Presidente